



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**  
**CURSO DE MUSEOLOGIA**

**LARA MELO PEIXOTO**

**Iconoclastia:** Análise da destruição do acervo do Museu do Senado Federal após a invasão de 2023.

**BRASÍLIA, DF**

**2023**

**LARA MELO PEIXOTO**

**Iconoclastia:** Análise da destruição do acervo do Museu do Senado Federal após a invasão de 2023

Monografia apresentada como requisito básico para obtenção do título de bacharel em Museologia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Deborah Silva Santos

**BRASÍLIA, DF**  
**2023**

Melo, Lara  
ML318i Iconoclastia: Análise da destruição do acervo do Museu do Senado Federal após a invasão de 2023 / Lara Melo; orientador Deborah Silva. -- Brasília, 2023.  
80 p.

Monografia (Graduação - Museologia) -- Universidade de Brasília, 2023.

1. Papel do Museu na Instituição Senado Federal. 2. Invasão ao Congresso Nacional em 2023 . 3. Iconoclastia. 4. A Destruição do Acervo/Patrimônio do Senado Federal. 5. Considerações Finais. I. Silva, Deborah , orient. II. Título.

**LARA MELO PEIXOTO**

**ICONOCLASTIA: ANÁLISE DA DESTRUIÇÃO DO ACERVO DO MUSEU DO  
SENADO FEDERAL APÓS A INVASÃO DE 2023.**

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília - UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Aprovado por:

**Deborah Silva Santos**

Doutora em Museologia pela  
Universidade Lusófona de  
Humanidades e Tecnologias

**Fernanda Werneck  
Côrtes**

Mestre em Ciência da  
Informação pela  
Universidade de  
Brasília

**Marijara de  
Souza Queiroz**

Doutora em Artes  
pela  
Universidade de  
Brasília



Documento assinado eletronicamente por **Marijara Souza Queiroz**,  
**Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da  
Informação**, em 14/12/2023, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com  
fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Deborah Silva Santos, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 14/12/2023, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA WERNECK CÔRTEZ, Usuário Externo**, em 15/12/2023, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **10687738** e o código CRC **1B320A09**.

**Referência:** Processo nº 23106.142142/2023-65

SEI nº 10687738

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Gleba A, , Brasília/DF, CEP 70910-900  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - <http://www.unb.br>

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho de conclusão de curso a minha mãe, Adriana, por desde o primeiro dia ter acreditado em mim, no meu potencial, e onde eu poderia chegar. Por ter me criado com muito amor e zelo, e acima de tudo, colocando sempre a educação como a estrada mais sólida na qual eu pudesse caminhar. Agradeço a ela por ter me apoiado desde a escolha do curso, sem querer mudar minhas escolhas, pois sempre confiou nos meus passos.

Mãe, eu te amo imensamente, e cada passo dado durante a minha trajetória será por mim e pela senhora. Eu não chegaria até aqui se não fosse por seu apoio, dedicação e todos os ensinamentos que me passa diariamente. Essa conquista também é sua, assim como todas que ainda estão por vir. Te amo nessa vida, e continuarei te amando em todas as outras reencarnações que virão. Obrigada por existir! Obrigada por sempre ter lutado por nós.

## **AGRADECIMENTOS**

Expresso minha gratidão aos professores que, ao longo de toda minha trajetória acadêmica, empenharam-se na transmissão de conhecimento, tanto a mim quanto aos meus colegas.

Um agradecimento especial à minha orientadora, a querida Deboráh Santos, que sempre teve muita paciência e carinho ao me ensinar.

Minha família, especialmente minha mãe, que sempre fez o possível e impossível para priorizar meus estudos. Sou muito abençoada pelo seu apoio constante.

Ao meu querido esposo, Rodrigo, que esteve ao meu lado em cada etapa, sempre me incentivando, oferecendo apoio emocional e confiando no que posso alcançar.

Aos amigos do estágio, que sempre me deram palavras de incentivo e alegria. Nada disso seria possível sem a presença de vocês. Muito obrigada!

## **RESUMO**

Esta pesquisa analisa os ataques ao acervo do Museu do Senado Federal durante a invasão ao Congresso Nacional em janeiro de 2023, investigando sua possível conexão como um ato de iconoclastia. Uma questão iniciada a partir de minha posição, naquele momento, como estagiária de Museologia. Desta forma a pesquisa apresenta o Museu e contextualiza os eventos que culminaram na vandalização e busca compreender a iconoclastia enquanto expressão de protesto político.

Desta forma, ao direcionar o foco para a destruição das obras de artes do acervo do Museu do Senado a pesquisa avalia as implicações políticas, sociais e culturais que surgem da interseção entre vandalismo, iconoclastia e o papel específico do Congresso Nacional para a democracia brasileira, bem como verifica como o episódio reverberou no contexto da instituição de uma forma mais ampla.

**Palavras-chave:** Museu do Senado, Acervo, Iconoclastia, Memória, Patrimônio.

## **ABSTRACT**

This research examines the attacks on the collection of the Federal Senate Museum during the invasion of the National Congress in January 2023, investigating its possible connection as an act of iconoclasm. The inquiry originated from my position at that time as a museum studies intern. Thus, the research introduces the Senate Museum, contextualizes the events leading to the vandalism, and seeks to understand iconoclasm as an expression of political protest.

By focusing on the destruction of artworks in the Senate Museum's collection, the study assesses the political, social, and cultural implications arising from the intersection of vandalism, iconoclasm, and the specific role of the National Congress in Brazilian democracy. It also examines how the episode reverberated within the institution in a broader context.

**Keywords:** Senate Museum, Collection, Iconoclasm, Memory, Heritage

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Coluna do Jornal O Globo.....	11
Figura 2: Interior do Palácio Monroe.....	15
Figura 3: Organograma do Museu do Senado Federal.....	20
Figura 4: Espaço salão nobre do Museu do Senado.....	22
Figura 5: Grupo de WhatsApp de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro.....	24
Figura 6: Quem são os cinco réus julgados pela execução dos ataques golpistas de 8 de janeiro na madrugada de terça.....	26
Figura 7: A invasão de manifestantes pró-bolsonaristas ao Congresso, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal.....	27
Figura 8: Pintura Orixás da artista Djanira de 1960 .....	30
Figura 9: Estado em que os retratos foram encontrados na Galeria dos Presidentes.....	41
Figura 10: Estado do Retrato de Renan Calheiros encontrado após a invasão do dia 8 de janeiro.....	45
Figura 11: Estado do Retrato de Renan Calheiros encontrado após a invasão do dia 8 de janeiro.....	46
Figura 12: Estado do Retrato de José Sarney encontrado após a invasão do dia 8 de janeiro.....	47
Figura 13: Imagens do processo de restauração do retrato do ex-presidente José Sarney...47	
Figura 14: Estado do Retrato de Renan Tebet encontrado após a invasão do dia 8 de janeiro.....	48
Figura 15: Trigal na Serra, de Guido Mondin. Estado que a obra foi encontrada no dia 8 de janeiro.....	49
Figura 16: Processo de restauração da obra Trigal na Serra.....	50
Figura 17: Entrega do quadro Trigal na Serra após o processo de restauração.....	50

Figura 18: Estado em que o Tapete Persa foi encontrado após o dia 8 de janeiro.....	51
Figura 19: Tapete Persa após os tratamentos devidos.....	51
Figura 20: Na primeira imagem uma parte do estrago que a cadeira sofreu no dia 8 de janeiro, e na segunda foto o processo de restauração.....	52
Figura 21: Estado em que a tapeçaria foi encontrada no dia 8 de janeiro.....	53
Figura 22: Processo de restauração da Tapeçaria.....	54
Figura 23: Processo de restauração da Tapeçaria.....	54
Figura 24: Estado em que a escrivaninha foi encontrada no dia 8 de janeiro.....	55
Figura 25: Na foto a esquerda é o estado em que a escrivaninha foi encontrada, e na foto a direita o seu processo de restauração.....	55

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

COMUS - Coordenação de Museu

SIGIDOC - Secretária de Gestão de Informação e Documentação

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

STF - Supremo Tribunal Federal

## SÚMARIO

<b>CAPÍTULO 1 - Introdução.....</b>	<b>2</b>
1.1 Objetivo geral e objetivos específicos.....	6
1.2 Justificativa.....	6
1.3 Metodologia.....	8
1.4 Referenciais Teóricos .....	10
<b>CAPÍTULO 2 - Papel do Museu na Instituição Senado Federal .....</b>	<b>11</b>
2.1 Contextualização e História do Museu no Senado Federal.....	14
2.2 Funções e Responsabilidades do Museu .....	18
2.3 A Museologia no Museu do Senado Federal .....	20
2.4 Interpretação e Difusão do Acervo no Contexto da Instituição.....	22
<b>CAPÍTULO 3 - Invasão ao Congresso Nacional em 2023 e a Iconoclastia....</b>	<b>24</b>
3.1 Análise dos acontecimentos.....	27
3.2 Iconoclastia: Definição e história da iconoclastia.....	34
3.3 Iconoclastia como forma de protesto político.....	37
<b>CAPÍTULO 4 - A Destruição do Acervo/Patrimônio do Senado Federal....</b>	<b>40</b>
4.1 Análise dos danos ao acervo/patrimônio do Senado Federal.....	40
4.2 Relação entre a invasão e a iconoclastia.....	56
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>60</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>63</b>

## **CAPÍTULO 1:**

### **INTRODUÇÃO**

Meu nome é Lara Melo, e sou graduanda no curso de Museologia. O tema da minha pesquisa de conclusão de curso emergiu a partir da minha experiência como estagiária no Museu do Senado Federal, no qual eu iniciei em maio de 2023. Neste contexto, minha pesquisa se propõe a analisar as obras que foram vandalizadas dentro do Senado Federal em janeiro de 2023, um evento que impactou a memória coletiva e que suscita questões sobre sua relação com o conceito de iconoclastia.

Este trabalho concentra-se em dois eixos curriculares do Curso de Museologia. O primeiro eixo, intitulado "Museologia e Patrimônio Cultural" (Eixo 3), está intrinsecamente ligado à integração e à fundamentação dos estudos museológicos com um foco central na cultura, memória e patrimônio. Relaciona-se com o ataque ao Congresso Nacional, pois os danos resultantes desse ato de violência afetaram o patrimônio histórico e cultural presente no acervo da instituição. Além disso, esses atos de vandalismo também afetaram a memória coletiva, uma vez que os manifestantes depredaram não apenas a estrutura externa, mas também objetos musealizados por meio de atos antidemocráticos.

Visto que o Senado Federal do Brasil é uma das duas casas do Congresso Nacional, que desempenha um papel essencial no sistema democrático do país. Ele está envolvido na formulação de leis, na supervisão das ações do Poder Executivo, na representação dos estados, na confirmação de nomeações e tratados, bem como na defesa dos direitos fundamentais. O Senado é um espaço democrático fundamental que assegura a representação de todas as unidades federativas, influenciando as decisões e políticas que moldam o Brasil. Nesse contexto, a interligação entre os eixos curriculares do curso de Museologia e os acontecimentos relacionados ao ataque ao Congresso Nacional destaca a importância de entender a preservação do patrimônio e a memória no âmbito da Museologia e o papel crucial do Senado como defensor da democracia e dos direitos da nação.

O segundo eixo curricular relacionado a esta pesquisa é o eixo 4 "Preservação e Conservação de Bens Culturais", neste eixo o tema curricular possui embasamento prático e teórico voltado especificamente para o campo da conservação, a segurança dos bens culturais bem como a gestão do acervo museológico. Na medida em que

este eixo está vinculado com os procedimentos realizados nos objetos presentes nos acervos de museus e reservas técnicas, ele se relaciona com o ocorrido no Congresso Nacional dado que o acervo danificado pelos manifestantes durante a invasão passou pelo processo de restauração realizado pelos conservadores do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e de profissionais de outros lugares<sup>3</sup>.

Esta pesquisa se concentrará na análise das questões que envolvem as obras vandalizadas durante a invasão ao Congresso no dia 8 de janeiro de 2023. Além disso, pretendo apresentar o Museu do Senado, suas atividades e acervo, para entender como esse episódio afetou o patrimônio cultural brasileiro. Para isso, no primeiro capítulo abordarei, "O Papel do Museu na Instituição Senado Federal", analisarei as atividades e a função desempenhada pelo Museu do Senado Federal. Explorarei sua história desde a criação no âmbito do Congresso Nacional até a formação inicial de seu acervo. No segundo capítulo, "A Invasão ao Congresso Nacional em 2023", analisarei os eventos que precederam a invasão do Congresso Nacional, destacando as circunstâncias políticas e sociais que resultaram nesse ato. O terceiro capítulo, intitulado "Iconoclastia", será dedicado à análise do conceito de iconoclastia. Farei uma contextualização histórica e, em seguida, aplicarei esse conceito à destruição do acervo do Museu do Senado Federal. Essa seção estabelecerá uma base conceitual fundamental para a compreensão do possível ato iconoclasta em relação ao acervo do Museu, além de mencionar a "Destruição do Acervo/Patrimônio do Senado Federal", onde explorarei os detalhes do ocorrido, analisando os danos causados ao acervo do Museu do Senado Federal. Destacarei as peças mais significativas que foram destruídas, que se entrelaçam o ato de iconoclastia.

No dia 8 de janeiro de 2023, ocorreu um episódio marcante na história do Brasil, a invasão ao Congresso Nacional em Brasília. Um grupo de "manifestantes", insatisfeitos com a situação política do país, adentrou o prédio do Congresso e promoveu atos de vandalismo e destruição ao patrimônio público em várias áreas do complexo. O grupo de "manifestantes", estimado em milhares de pessoas, se reuniu na Esplanada dos Ministérios e, em seguida, marchou em direção ao Congresso Nacional. A manifestação inicialmente pacífica logo se transformou em uma invasão.

Estes conseguiram romper a segurança do Congresso e invadiram várias áreas. As instalações e escritórios parlamentares foram depredados, assim como o

mobiliário, computadores e documentos foram danificados. Ao chegarem ao plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, causaram tumulto e destruição nesses espaços. Cadeiras foram quebradas, equipamentos eletrônicos danificados e importantes documentos legislativos foram perdidos. Além das áreas legislativas, o Museu do Senado Federal também foi atingido pelos “manifestantes”. O Museu, que preserva a memória do Senado, teve algumas de suas obras que estavam expostas danificadas.

Em entrevista para o Brasil de Fato<sup>1</sup>, o ex-coordenador do Museu do Senado, Alan Silva, revelou que para ele, “todo esse evento entra para nossa história, e as cicatrizes deixadas nas gravuras, na tapeçaria, no mobiliário, nas pinturas vão fazer parte da nossa história”. No que diz respeito ao telejornalismo, a rede de televisão de maior audiência do Brasil dedicou mais de seis minutos do seu principal telejornal, o “Jornal Nacional” a uma matéria sobre os danos sofridos no dia 8 de janeiro pelo Museu do Senado e por outras instituições ligadas aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A reportagem incluiu entrevista com o chefe do Serviço de Conservação e Preservação do Museu (SECPM), Ismail Carvalho: “Nós, restauradores, ficamos imensamente chocados, tristes, combalidos mesmo, de ver todo o nosso esforço para conservar a obra de arte, para conservar a memória do bem público, ir literalmente para lama”. O material continua disponível para acesso no portal G1, também pertencente ao grupo Globo.<sup>2</sup>

Com base nesses fatos colocados, o tema desta pesquisa de conclusão de curso se inicia a partir daqui, e emergiu a partir da minha experiência como estagiária no Museu do Senado Federal, e os resquícios que ficaram após a invasão ao Congresso. Este estágio proporcionou-me uma familiaridade com o Senado e seu Museu, e que se revelou um fator crucial na escolha do tema da pesquisa. Assim, neste contexto, se propõe a analisar as obras que foram vandalizadas dentro do

---

<sup>1</sup> BRASIL DE FATO. Cicatrizes que entram para a história: a comoção de servidores após ataque ao Congresso. 10 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/10/cicatrizes-que-entram-para-a-historia-a-comocao-de-servidores-apos-ataque-ao-congresso>>

<sup>2</sup> JORNAL NACIONAL. Destruição promovida por minoria violenta de bolsonaristas radicais gera prejuízo material enorme. 16 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/01/09/destruicao-promovida-por-minoria-violenta-de-bolsonaristas-radicaais-gera-prejuizo-material-enorme.ghtml>

Senado Federal durante a invasão ao Congresso Nacional em janeiro de 2023, um evento que impactou profundamente a memória coletiva, e que suscita questões sobre sua relação com o conceito de iconoclastia.

A iconoclastia, brevemente definida como a "violência contra símbolos e imagens" (Rodrigues, 2021), ganhou destaque nos últimos anos, frequentemente impulsionada por motivações políticas. Como por exemplo, no dia 24 de julho de 2021, na cidade de São Paulo, a escultura que prestava homenagem ao bandeirante Manuel de Borba Gato (1649-1718), um dos monumentos icônicos e, ao mesmo tempo, controversos da cidade, foi consumida pelas chamas. O grupo conhecido como "Revolução Periférica" reivindicou a responsabilidade por esse ato de vandalismo e compartilhou imagens do ocorrido em suas redes sociais. Membros do grupo, mascarados e vestindo roupas escuras, provocaram o incêndio ao arremessar pneus e derramar líquido inflamável sobre a estátua. As labaredas rapidamente se alastraram, preenchendo o bairro de Santo Amaro, localizado na zona sul da cidade. Inaugurada em 1963, a estátua tem sido alvo de críticas devido ao papel de Borba Gato na expansão colonial para o interior do país durante o período da mineração, que envolveu a apropriação de terras e a escravização e genocídio de indígenas, africanos e afrodescendentes. Com uma altura de 13 metros, a obra, concebida pelo escultor Júlio Guerra (1912-2001), já havia sido alvo de atos de vandalismo em 2016.

Nos últimos anos, vários grupos têm clamado pela retirada da estátua, em consonância com a tendência global de remoção de monumentos que representam a opressão e a escravidão, impulsionada pelos protestos antirracistas desencadeados após a morte de George Floyd nos Estados Unidos<sup>3</sup>. O Brasil já testemunhou outros episódios além desse citado como o ataque ao Monumento às Bandeiras<sup>4</sup> em 2013,

---

<sup>3</sup>EL PAÍS. Protestos antirracistas nos EUA: as vozes indignadas. *El País*, Nova York, 05 jun. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-06-05/as-vozes-indignadas-dos-protestos-antirracistas-nos-estados-unidos.html>>.

XIMÉNEZ DE SANDOVAL, Pablo; MORÁN BREÑA, Carmen. Quando as estátuas caem do pedestal. EL PAÍS, Los Angeles / Cidade do México, 30 jun. 2020. Disponível em: <[Quando as estátuas caem do pedestal | Cultura | EL PAÍS Brasil \(elpais.com\)](#)>.

BRITO, Sabrina. Derrubada de estátuas: vandalismo ou reparação histórica? VEJA, 9 jun. 2020. Disponível em: <[Derrubada de estátuas: vandalismo ou reparação histórica? | VEJA \(abril.com.br\)](#)>

<sup>4</sup> Monumento às Bandeiras, concebido pelo escultor Victor Brecheret, está localizado na entrada do Parque do Ibirapuera em São Paulo e é popularmente conhecido como "empurra-empurra". Este monumento famoso, que simboliza a cidade, tem sido motivo de debates ao longo das últimas décadas, resultando em manifestações artísticas e debates políticos.

A controvérsia surge devido à existência de pelo menos duas narrativas distintas sobre os bandeirantes, as figuras representadas na escultura. Uma versão sugere que os bandeirantes eram heróis e símbolos do orgulho paulista, justificando assim a criação do

que fica localizado na cidade de São Paulo, quando ativistas ligados aos direitos dos povos indígenas lançaram tinta vermelha na escultura de Victor Brecheret e picharam a frase "Bandeirantes assassinos" (Cardoso, 2021). Este exemplo demonstra como a iconoclastia pode assumir várias formas e motivações. No entanto, a iconoclastia não está necessariamente ligada à defesa dos mesmos objetivos, e pode ser empregada em contextos diferentes. O recente incêndio no monumento ao Descobrimento do Brasil no Rio de Janeiro, em agosto de 2021, exemplifica como a iconoclastia pode ter consequências nefastas e ser direcionada ao objeto errado, resultando em danos materiais e simbólicos à memória cultural e à noção de coletividade<sup>5</sup> (Cardoso, 2021).

Esses eventos destacam a importância de compreender as nuances da iconoclastia, especialmente quando relacionada a instituições como o Senado Federal, onde as consequências podem ter impactos significativos não apenas em termos culturais, mas também políticos e sociais.

Em resumo, este trabalho se concentrará na análise das obras vandalizadas durante a invasão ao Congresso no dia 8 de janeiro, e se esse ato pode ser considerado uma iconoclastia, e o impacto que gerou na sociedade. Além disso, pretendo contextualizar o Museu do Senado, suas atividades e acervo, para entender como esse episódio gerou um custo de R\$ 483.082,98 ao cofre público (esse valor se refere somente as obras que faziam/fazem parte do acervo do Museu do Senado Federal).

---

monumento. A outra versão enfatiza que os bandeirantes podem ter cometido ações negativas, como o genocídio de indígenas e a prática de escravização durante o período colonial. (CASASOLA)

<sup>5</sup> Ato de protesto ocorrido no Rio de Janeiro, onde manifestantes incendiaram uma estátua de Pedro Álvares Cabral, localizada no bairro da Glória, na Zona Sul da cidade. O protesto ocorreu na madrugada de uma terça-feira (24 de agosto de 2021), e a Polícia Civil do Rio de Janeiro iniciou uma investigação para identificar os responsáveis pelo incêndio na estátua.

O motivo do protesto está relacionado à oposição ao que é chamado de "marco temporal" no julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O "marco temporal" refere-se à tese de que os indígenas só teriam o direito de reivindicar terras que estivessem ocupando até a data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988.

CNN Brasil. Polícia do RJ investiga queima de estátua centenária de Pedro Álvares Cabral. 25 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/policia-do-rj-investiga-queima-de-estatua-centenaria-de-pedro-alvares-cabral/>>

## **1.1 Objetivo:**

O propósito desta pesquisa é analisar a vandalização das obras do acervo do Museu do Senado Federal durante a invasão ao Congresso Nacional em 8 de janeiro de 2023, e verificar se esse ato pode ser interpretado como um ato de iconoclastia.

## **3.Objetivos Específicos:**

(1) Contextualizar o Museu do Senado Federal, suas atividades e acervo. (2) Verificar o papel dos servidores na normalização das atividades (restauração das obras do acervo). (3) Investigar os eventos que levaram à vandalização das obras do acervo do Museu durante a invasão do Congresso Nacional. (4) Verificar se o ato de vandalização das obras do acervo do Museu do Senado Federal pode ser interpretado como um episódio de iconoclastia.

## **1.2 Justificativa:**

As motivações que impulsionaram este estudo foram desencadeadas pelo ataque ao Congresso Nacional em 2023 e foram fortalecidas pelo meu atual papel como estagiária no Museu do Senado Federal. Essa posição proporcionou um olhar mais aprofundado em relação ao acontecimento e ao tema escolhido para esta pesquisa. Ao centrar a análise no Museu do Senado Federal, onde estou envolvida diariamente, busco compreender de maneira mais abrangente as implicações do ato de vandalização das obras do acervo, e questionando se esse ato pode estar relacionado a iconoclastia.

A proposta central desta pesquisa é fazer uma análise das obras que foram vandalizadas, no Congresso Nacional no dia 8 de janeiro de 2023 e observar em que medida essa invasão pode ser considerada um ato de iconoclastia, a importância do tema encontra sua justificativa na importância de se discutir a iconoclastia uma vez que o movimento vem ganhando força nos últimos anos como forma de protesto político:

Os últimos anos foram marcados por uma onda mundial de iconoclastia por motivo de protesto político. O marco inicial desse movimento foi a derrubada do monumento ao soldado confederado (conhecido como The Boys who wore Gray) na cidade de Durham, Carolina do Norte, em 14 de agosto de 2017, em reação direta à manifestação de extrema-direita Unite the Right ocorrida poucos dias antes em Charlottesville, Virginia. (Cardoso, 2021)

E como consequência independente das motivações atinge o patrimônio histórico-cultural que está relacionado intrinsecamente com a memória, cabe apontar ainda uma definição de patrimônio como bem que passa, de acordo com as leis, dos pais para os filhos e à luz dos estudos da autora Françoise Choay:

Patrimônio histórico. A expressão designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos. (Choay, 1992)

Com base nisso, percebo que essa investigação é de suma importância devido à crescente relevância da iconoclastia como um meio de expressão política nos últimos anos. Sabe-se que a iconoclastia tem raízes em atos de destruição de monumentos e obras de arte que são percebidos como símbolos de opressão, colonialismo, ou ideais antidemocráticos. Contudo, é vital observar que, embora existam paralelos com ações decoloniais, como o já mencionado ataque às obras do Monumento aos Bandeirantes e a estátua de Borba Gato, a análise procurara destacar o vandalismo no Congresso Nacional atrelado a uma destruição com fins antidemocráticos. Isso porque o Congresso é uma instituição central na democracia brasileira, onde leis são debatidas e decisões são tomadas em nome do povo. Portanto, a problematização dessa questão se torna fundamental para compreender as implicações políticas, culturais e sociais de tais atos no contexto específico do país.

### **1.3 Metodologia**

Esta pesquisa busca responder em que medida a destruição do acervo do Museu do Senado Federal no dia 8 de janeiro pode ser considerada iconoclastia? Com essa finalidade, foram desenvolvidas as seguintes etapas: (1) Iniciando com uma contextualização do Museu do Senado Federal, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental nos arquivos do Senado. Essa abordagem visou entender a posição do Museu dentro da estrutura da instituição, identificando suas atividades e acervo. (2) Em seguida, voltando-se para a análise dos eventos que precederam a destruição do acervo, foram pesquisados em sites como BBC News, CNN Brasil, El

País, G1; Além dos jornais das grandes mídias televisivas, como a Rede Globo; Investigação nos registros do Museu do Senado relacionados ao dia 8 de janeiro e aos eventos subsequentes, bem como análise das notícias internas do Senado Federal referentes a esse acontecimento; Além dos levantamentos de artigos e monografias. O objetivo foi coletar informações que permitissem uma compreensão mais profunda dos acontecimentos que resultaram nos atos de vandalização durante a invasão ao Congresso Nacional em 2023. (3) Essa etapa envolveu uma avaliação do significado e da função do Museu dentro do contexto mais amplo do Senado, destacando sua importância institucional. (4) A pesquisa também analisou a invasão ao Congresso Nacional em 2023. O intuito foi compreender o contexto mais amplo em que ocorreram os atos de vandalização, examinando os fatores que levaram a esse desdobramento. (5) Nessa etapa, a iconoclastia foi abordada de forma teórica, considerando seu significado e contextualizando-a em relação a eventos semelhantes, tanto no Brasil quanto globalmente. Essa análise contribuiu para a compreensão do possível enquadramento do ato de vandalização como um episódio de iconoclastia. (6) Por fim, uma avaliação específica foi realizada sobre a destruição do acervo e patrimônio do Senado Federal. Esse aspecto da pesquisa buscou verificar a natureza e a extensão dos danos causados aos bens culturais, proporcionando informações sobre as dimensões do prejuízo.

Esta pesquisa visa não só determinar se o ato de vandalização pode ser considerado iconoclastia, mas também contextualizar o papel do Museu no Senado Federal, compreender os eventos que levaram à destruição do acervo e avaliar suas implicações mais amplas no contexto institucional e cultural. Ao integrar a perspectiva da Museologia, busca-se enriquecer a compreensão da destruição do acervo, conectando-a à sua função histórica e institucional, bem como à sua relevância como espaço cultural guiado por princípios museológicos.

### **Etapas:**

Pesquisa documental e levantamento de dados bibliográficos das histórias do Senado Federal, do Museu Federal e a contextualização de um momento histórico e da Museologia institucional;

Pesquisar em bases de dados e bibliotecas. Entrar em contato com o Museu do Senado, realização de leitura do levantamento bibliográfico;

Levantamento do acervo destruído do Museu do Senado; Matérias e documentos relacionados a invasão ao Congresso Nacional no dia 8 de janeiro;

#### **1.4 Referenciais teóricos**

Na condução desta pesquisa, serão empregadas fontes primárias e referenciais bibliográficos abordando estudos sobre memória, patrimônio, historiografia, iconoclastia e museologia. Para contextualizar e narrar a história da construção do Museu do Senado Federal, serão utilizados os trabalhos de Gustavo Cardoso Paiva (2020) e Ana Sofia França Meyer (2017). Além da contextualização do museu, a pesquisa fundamenta-se nos estudos de memória coletiva, com base em Halbwachs (2004), que destaca a adaptação das lembranças antigas às vivências atuais, caracterizando um processo dialético em que o coletivo influencia diretamente o individual.

Adicionalmente, serão incorporados os conceitos de "Tradições Inventadas" de Hobsbawm (1983), que são práticas criadas para unir a sociedade, fortalecer o poder político e construir uma identidade nacional, e a abordagem de "Memória, Esquecimento, Silêncio" de Pollak (1989), explorando as complexidades das relações entre memória histórica, esquecimento e o papel do silêncio na construção da narrativa social.

Para discutir sobre patrimônio, serão considerados os estudos de Françoise Choay (2001) e José Reginaldo S. Gonçalves (1996). Choay, em "A Alegoria do Patrimônio", investiga a origem e transformação do conceito de patrimônio histórico ao longo do tempo, enquanto Gonçalves aborda a retórica da perda, analisando os discursos relacionados ao patrimônio cultural no Brasil e como a perda é discutida e interpretada.

No campo da Museologia, serão explorados os conceitos de Bruno Brulon e Marília Xavier Cury, ambos abordando questões práticas relacionadas a museus. Em relação à iconoclastia, serão incorporados os estudos de Timothy Gregory (2005) para entender o início dos eventos iconoclastas e a criação do termo durante o Império

Bizantino, e Caroline Fernandes (2016) para contextualizar a crise desse movimento durante o mesmo período.

## Capítulo 2: PAPEL DO MUSEU NA INSTITUIÇÃO SENADO FEDERAL

Para falar do Museu do Senado Federal, primeiro preciso contar onde tudo começou, de onde germinou a primeira ideia para a construção do seu espaço e primeiro acervo. Com base nisso, a narrativa se inicia em 1925, quando o Palácio Monroe foi designado como a sede do Senado Federal, que tinha como função a elaboração e votação de leis, supervisionar as ações do Poder Executivo. Também confirma nomeações e tratados, e desempenha um papel fundamental na defesa dos direitos fundamentais e na governança democrática do país.

Após a mudança da capital para Brasília, em 1960, o edifício passou a abrigar o Estado Maior das Forças Armadas, recebendo o nome em homenagem ao presidente dos Estados Unidos, James Monroe, notório por suas ideias no contexto do panamericanismo e da "Doutrina Monroe"<sup>6</sup>. Entretanto, durante a década de 1970, o palácio enfrentou um período de decadência e negligência, resultando em profundas alterações em sua fachada. Poucos vestígios de seu antigo esplendor permaneciam. Em 1972, o arquiteto Paulo Santos, conselheiro do IPHAN, propôs a preservação de vários imóveis históricos na região da Cinelândia, incluindo o Palácio Monroe. No entanto, o renomado arquiteto Lúcio Costa, com sua abordagem modernista, emitiu um parecer contrário ao tombamento do palácio, argumentando que se tratava de uma fusão híbrida de diversos estilos europeus. (Fridman)

É fundamental ressaltar que, segundo Bortoloti (2015), o Serviço do Patrimônio Histórico, atual IPHAN, criado em 1937, era liderado por um grupo de modernistas influenciados pelo arquiteto Lúcio Costa. Esse grupo desaprovava a arquitetura eclética, considerando o estilo colonial como a verdadeira expressão brasileira, abundantemente presente nas cidades históricas de Minas Gerais e nas igrejas barrocas do Rio de Janeiro e Salvador.

Enquanto parte da população defendia a preservação do palácio devido ao seu valor histórico, o jornal O Globo liderava uma campanha pró-demolição, apoiada pelo

---

<sup>6</sup> SENADO NOTÍCIAS. Que fim levou o Palácio Monroe? Autor: Ricardo Westin. Publicado em: 04 de maio de 2015. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/05/04/que-fim-levou-o-palacio-monroe>>

arquiteto Lúcio Costa, chegando até a rotular o Palácio Monroe como um "monstrengo da Cinelândia" em seus editoriais.

## *O fim do Monroe –*

**P**OR DECISÃO do Presidente da República, o Patrimônio da União já está autorizado a providenciar a demolição do Palácio Monroe. Foi, portanto, vitoriosa uma campanha deste jornal, que há muito se empenhava pelo desaparecimento do monstrengo arquitetônico da Cinelândia.

**D**E FATO, abandonado por seus inquilinos federais o Monroe não tinha qualquer função e sua sobrevivência era condenada por todas as regras do urbanismo e da estética.

**E**M SEU lugar, o Rio ganhará mais uma praça. Que essa boa notícia, que coincide com o fim das obras de superfície do metrô na Cinelândia, seja mais um estímulo a remodelação de toda essa área, de presença tão marcante na história do Rio de Janeiro.

Figura 1: Coluna do Jornal O Globo (Fonte: Diário do Rio)

Após várias campanhas em prol da demolição, a resposta positiva veio a partir do ex-presidente da República, Ernesto Geisel. Tendo como desculpa, a necessidade da demolição para a passagem do metrô e a construção da praça, no qual tem como destaque um chafariz, adquirido pelo governo imperial no fim do século XIX, que foi construído por Louis Sauvageau, em Viena e fundido em Val d'Oise, Paris. Constou em uma exposição realizada no ano de 1878 em Viena, Áustria, quando foi adquirido por Dom Pedro II. Além desta matéria, o jornal O Globo teve o auxílio em sua campanha de demolição de outros personagens, sendo este, o arquiteto Wladimir Alves (professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil e membro do Conselho de Planejamento Urbano). Em julho de 1974, ele divulgou uma opinião sobre o tema, na qual afirmou que a construção não possuía valor arquitetônico, sendo uma cópia do pavilhão brasileiro construído em 1904. Segundo Alves, a arquitetura era eclética, resultado de diversas tendências e estilos gregos, renascentistas e arte moderna, culminando em uma cópia (O Globo apud Fridman, 2011, p.42).

Com base nestes fatos apresentados, é evidente que diversas campanhas pró-demolição ocorreram, resultando em uma resposta positiva por parte do ex-presidente da República, Ernesto Geisel. Usando como justificativa a necessidade de demolir para dar espaço ao metrô (Segundo Fridman (2011), as notícias sobre o assunto esclareceram que a demolição não teve relação com a construção do metrô, pois a empresa Franki, encarregada da construção, optou por um desvio em sua rota para evitar impactos na estrutura do Palácio. Entretanto, até os dias atuais, a crença de que a demolição foi motivada pelo metrô persiste) e a construção de uma praça, na qual se destaca um chafariz adquirido pelo governo imperial no fim do século XIX. Esse chafariz, construído por Louis Sauvageau, em Viena, e fundido em Val d'Oise, Paris, constou em uma exposição realizada em 1878 em Viena, Áustria, quando foi adquirido por D. Pedro II.

Ao concluir sua obra, Sérgio Fridman (2011) apresenta três conjecturas que poderiam esclarecer a demolição do Palácio Monroe. Uma das suposições é que a demolição poderia ter sido um ato relacionado à especulação imobiliária envolvendo o grupo do empresário da construção civil Sergio Dourado e o grupo financeiro Bozzano Simonsen. A segunda considera a hipótese de que a demolição tenha sido motivada por uma vingança pessoal do então presidente da época, Ernesto Geisel. Supostamente, essa rixa estaria relacionada à perda de uma nomeação no governo de Juscelino Kubitschek para o filho do arquiteto responsável pelo projeto do Palácio. Por fim, durante o período da ditadura militar, especula-se que tenha havido interesse em apagar um símbolo da democracia, visto que o Palácio Monroe foi a sede do Senado Federal por 35 anos.

Com base nos parágrafos anteriores é crucial destacar o desinteresse do governo em relação a esses espaços. Tome-se, por exemplo, o desabamento do Palácio Monroe, onde figuras influentes corroboraram com a demolição de um local que fazia parte da história do país e da sociedade. Esse episódio evidencia a negligência governamental, e decisões que afetam o patrimônio e a memória coletiva.

No que diz respeito ao chafariz, ele foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) devido ao seu valor histórico, e está registrado no Livro do Tombo Belas Artes: Inscr. nº 597, de 21/02/1990. Atualmente, encontra-se descuidado, sem água e sujo, sendo frequentemente utilizado pela população em

situação de rua para realizar suas necessidades básicas. No subterrâneo, há um estacionamento utilizado pelos edifícios próximos. Em 17 de maio de 2023, o jornal DIÁRIO DO RIO obteve a oportunidade de receber uma gravação efetuada pelo restaurador e defensor do patrimônio Marconi Andrade, ligado ao coletivo SOS Patrimônio, uma das organizações mais ativas na proteção do acervo cultural do Rio de Janeiro. Nessa gravação, é denunciado o estado precário de conservação do monumento, que lamentavelmente está sendo usado como local para armazenar necessidades fisiológicas por parte de pessoas em situação de rua.

Voltando ao ano da demolição, a dúvida que persiste é: onde foram parar os objetos e mobílias que enfeitavam o Monroe? Qual era o design dessa mobília? Respondendo a essas perguntas, por meio de fotografias históricas encontradas no site do Senado, sites e arquivos, é perceptível que a estética predominante na decoração do edifício durante suas distintas utilizações era o estilo Luiz XVI, característico dos arquitetos das primeiras décadas do século XX. O palácio teve várias funcionalidades, sendo o período em que abrigou o Senado, totalizando 35 anos, o mais extenso de seus 70 anos de existência no Brasil. A relevância do Senado nesse contexto foi tão significativa que, ao optarem pela demolição do prédio, parte das peças foi realocada no Senado Federal em Brasília.

A elaboração do Relatório de Tombamento foi incumbida à comissão responsável por efetivar o tombamento do acervo permanente do Senado Federal em Brasília. Essa comissão foi constituída conforme a Portaria nº 92/62, publicada no Diário do Congresso Nacional, Seção II, datada de 8 de novembro de 1962. O documento detalha um levantamento abrangente dos móveis, utensílios e pertences que compunham o acervo do Senado Federal naquela época.

De acordo com Meyer (2017), neste relatório de tombamento, estão descritos móveis confeccionados em jacarandá da Bahia, móveis revestidos de couro, mesas com tampos de mármore, jarros de porcelana antiga, quadros para adornar as paredes, brasões, peças de prata, cadeiras entrelaçadas de palhinha e tapetes. São precisamente essas peças que identificamos atualmente no acervo do Museu do Senado Federal e que foram transferidas do Palácio Monroe durante a mudança da capital. Embora não haja um registro exato das peças transferidas, tanto o relatório

de tombamento quanto fotos da época confirmam que esses itens faziam parte da decoração do Palácio.

Por outro lado, segundo Fridman (2011), a outra parte que pertencia ao espaço está espalhada por diversos locais do Brasil. Isso se deve ao fato de a empresa Aghil Comércio e Indústria ter sido a vencedora da licitação para demolir o Palácio Monroe e ter obtido o direito sobre o material resultante da demolição. Esse material incluía diversas peças valiosas do Palácio. As partes mais notáveis que foram leiloadas incluíam quatro esculturas de leões em mármore Carrara. Essas esculturas foram vendidas para a Organização Mário de Almeida Franco, representada pelo fazendeiro Luiz Carlos Adriano Franco. Além dos leões, a Organização adquiriu o portão principal e outros bens do Palácio, levando-os para sua fazenda São Geraldo em Uberaba.

Além das esculturas, outras partes importantes do Palácio foram leiloadas, incluindo vitrais, portões, lustres, móveis de jacarandá e diversos itens de valor histórico. Por exemplo, os vitrais do plenário, com a inscrição "ordem e progresso", foram adquiridos por um restaurante na Barra da Tijuca. A empresa demolidora obteve grande lucro com essas transações, o que gerou críticas da imprensa na época, evidenciando a polêmica sobre a dispersão do valioso acervo do Palácio Monroe.

Segundo Meyer (2017), podemos afirmar que as coleções se dispersaram para destinos desconexos, sem qualquer registro oficial sobre o tema, tornando a busca contemporânea por esse patrimônio desafiadora. Um acervo de grande relevância histórica e artística para a nação, que foi completamente desconsiderado pela administração daquela época. Algumas partes das peças foram cedidas a instituições, outras transportadas para Brasília, algumas vendidas, leiloadas e outras possivelmente extraviadas.

## **2.1 Contextualização e História do Museu no Senado Federal**

No ano de 1976, dezesseis anos após a mudança da capital para Brasília, surgiu uma proposta. De acordo com o site do Museu do Senado Federal, o Senador Itamar Franco apresentou um projeto: a criação do Museu do Senado Federal. Em maio, essa iniciativa foi lançada, com a intenção de integrar o Museu Histórico do

Senado Federal à estrutura administrativa da instituição. Contudo, o projeto foi arquivado, conforme o Regimento Interno do Senado Federal.<sup>7</sup>

No mesmo ano em que o Palácio Monroe foi demolido e a ideia do Museu surgiu, ocorreu a Exposição Comemorativa do Sesquicentenário da instalação do Senado Federal no Brasil. Este evento aconteceu no Salão Negro do Congresso, de 6 de maio a 31 de agosto de 1976, e exibiu parte do mobiliário original do Palácio Monroe.



Ilustração 2: Interior do Palácio Monroe (Fonte: Wikipédia)

Porém, a proposta de criação do Museu foi adiada por cerca de uma década, ressurgindo mais tarde por intermédio do Senador Itamar Franco. Em 1987, uma nova proposta, o Projeto de Resolução no 17 de 1987, foi apresentada, mantendo o mesmo objetivo da Resolução no 52 de 1972. Este projeto visava instituir o Museu Histórico do Senado Federal e implementar medidas para preservar o acervo composto pelos itens do Palácio Monroe, que estava sofrendo danos pela falta de uma política de

---

<sup>7</sup> MUSEU DO SENADO. O Museu. Institucional museu do Senado. Disponível em: <[O Museu — Portal Institucional do Senado Federal](#)>

conservação adequada. Além disso, ressaltava-se a necessidade de divulgar este valioso acervo histórico em uma política cultural voltada para a sociedade.

A situação e justificativa tornaram-se mais evidentes e preocupantes: o mobiliário do antigo palácio estava se deteriorando, ainda sendo utilizado em vários setores, principalmente para fins decorativos. Assim, sem uma política de preservação adequada, essas peças estavam em risco. A Resolução inicial, conhecida como Resolução no 51, foi reformulada para a Resolução no 17 em 1987, mantendo o mesmo propósito que sua antecessora. Mesmo após a assinatura em 1987, levou cerca de quatro anos para o Museu ter sua configuração concretizada, culminando na normativa 26 de 1991. Ao analisar os três documentos, percebe-se que a maioria das intenções permaneceu: desde o primeiro projeto, já estava implícita a criação do Museu, com a ideia de "elementos de valor histórico" espalhados pela casa e, inicialmente, a criação de uma Diretoria do Patrimônio, que posteriormente evoluiu para o Conselho Curador. É relevante enfatizar a criação do Conselho Curador, evidenciando que o Senador Itamar e os outros idealizadores da resolução tinham pleno conhecimento da existência de diversas peças na casa que possuíam valor cultural, histórico e artístico, não sendo apenas objetos armazenados em um depósito. A opção de Itamar Franco por uma instituição museal se deveu à presença de inúmeros móveis históricos, um legado do palácio destruído, que vieram com a transferência do Senado.

No ano de 1991, o Senado Federal aprovou a Resolução nº 26, com a participação do Presidente Mauro Benevides. Detalhada no anexo A, essa resolução estabeleceu a criação do Museu Histórico do Senado Federal e incorporou outras medidas importantes. Seu primeiro artigo formalizou a instituição do Museu Histórico do Senado Federal, designado como MUSEN. Além disso, o museu foi patrimonializado pela própria instituição. Esse processo ocorreu em uma escala institucional, sendo efetivado pelo Senado. Com base nisso, em 27 de janeiro de 1991, o Museu do Senado Federal foi oficialmente inaugurado, marcando assim sua decretação:

Art. 1º É instituído o Museu Histórico do Senado Federal - MUSEN, com a finalidade precípua de coletar, pesquisar, preservar e divulgar os testemunhos da história do

Senado Federal. Parágrafo único. O órgão a que se refere este artigo é subordinado à Secretaria de Documentação e Informação do Senado Federal.

Art. 2º A estrutura e competência do Museu Histórico do Senado Federal - MUSEN serão definidas em regulamento, não implicando a criação do órgão em novos cargos e empregos.

Art. 3º O Museu Histórico do Senado Federal - MUSEN funcionará em local a ser indicado pela comissão diretora e terá o seu acervo patrimonial tombado pela Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio, com registro específico no sistema de informação do Centro de Processamento de Dados - PRODASEN.

(Senado, 1991)

É necessário ressaltar que o Art. 3º, se tornará uma problemática ao decorrer do tempo, porém, esse assunto será desenvolvido no tópico seguinte.

Em abril de 1991 foi o momento em que a Secretaria de Documentação e Informação enviou um comunicado à Casa, informando que o Museu estava aberto ao público nos dias úteis. E que estava situado no Anexo II, 2º andar, apresentava diversas atrações, incluindo o Plenário do Palácio Monroe, documentos históricos, objetos da época do império, urnas de votação, tinteiros em prata, mobiliário e pinacoteca.

Outro aspecto relevante estabelecido pela Resolução foi a criação de um conselho curador, composto por nove membros. Esses membros foram escolhidos entre pessoas reconhecidas por sua capacidade de estimular o desenvolvimento do museu, e são estes: Carla Fonseca De'Carli, Carmem Perin Casagrande de Souza Carneiro, Ione Maria Carvalho de Medeiros, Iracema de Almeida Freitas Portella, Maria Coeli Cabral de Araújo, Ruth Maria Heusi Lucena, Senador Guido Fernando Mondin e Zélia Marinho Leite Chaves.

Em 29 de Outubro de 1991, ocorreu a primeira reunião do Conselho de Curadores do Museu do Senado Federal, marcando o início dos trabalhos e projetos que moldariam o futuro do museu. No ano de 2012 ocorre algumas alterações, pois, foi promulgada a Resolução nº 19, que atribuiu o nome de "Museu Histórico Senador Itamar Franco" ao Museu Histórico do Senado Federal, uma forma de prestar homenagem ao seu idealizador<sup>8</sup>. Atualmente, a responsabilidade pelo Museu está sob a égide da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação do Senado Federal

---

<sup>8</sup> Atualmente ele não carrega mais esse nome, é apenas Museu do Senado Federal.

(SIGIDOC), anteriormente conhecida como SIDOC. Suas funções primordiais abrangem a administração de exposições temporárias ou espaços culturais, a manutenção da exposição permanente e a custódia do acervo artístico e histórico da instituição.

Atualmente, o Museu opera em três setores distintos: a Reserva Técnica e duas seções destinadas a exposições. Essas áreas de exposição estão situadas nas dependências do Congresso Nacional. Uma delas está no Salão Nobre, onde é possível explorar a exposição histórica permanente, que é aberta a todos os públicos. A segunda seção está localizada no Espaço Cultural Ivandro Cunha, no Senado Federal, um espaço mais compacto utilizado para exposições temporárias de artistas.

Por fim, a mudança do Senado para Brasília expandiu a importância do acervo do Museu, pois atualmente encontramos em sua coleção/acervo obras valiosas de destacados artistas, como Alfredo Ceschiatti, Athos Bulcão, Burle Marx, Di Cavalcanti, Djanira, Fayga Ostrower, Maria Bonomi e Mariana Peretti. Essas obras chegaram na década de 1970, especialmente após a expansão do Palácio do Congresso com a criação dos Anexos II e II-B. Essa iniciativa tinha como propósito decorar os gabinetes e áreas administrativas do recém-ampliado Palácio.

A criação da Coordenação de Museu (COMUS) ocorreu mais recentemente, em 2018, conforme estabelecido (Ato do Presidente 11/2018), ano em que surge o primeiro e único Museólogo até os dias de hoje. Esse passo foi fundamental para a preservação de uma valiosa herança brasileira, com mil itens já identificados e documentados, são estes: obras de artes adquiridas através de compras, doações; mobiliários de grandes nomes, como Oscar Niemeyer e Anna Maria Niemeyer, Sérgio Rodrigues, entre outros; esculturas; bustos; presentes protocolares.

## **2.2 Funções e Responsabilidades do Museu**

Usando como base o Plano Museológico criado recentemente, o mesmo comunica que a Coordenação do Museu passou por uma transformação institucional significativa em 2019, evoluindo de um Serviço para Coordenação. Essa mudança resultou na criação de cinco novas divisões especializadas, todas relacionadas com as necessidades do Museu. Isso aumentou o número de colaboradores e a

capacidade técnica para projetos, embora o Senado Federal não disponha de carreiras específicas para áreas museológicas. Como alternativa, servidores com formações afins estão sendo recrutados.

Baseando-se no parágrafo acima, a Coordenação do Museu abrange cinco divisões distintas, são estas: Na primeira divisão, a Unidade de Suporte Administrativo, contamos com funcionários efetivos que passaram por um processo de seleção por concurso público. Esses profissionais atuam em áreas como legislação, administração e comunicação social, trazendo consigo habilidades técnicas. Muitas vezes, assumem posições de liderança em suas equipes, visto que, em conformidade com as diretrizes internas do Senado Federal, somente funcionários efetivos são habilitados a ocupar cargos de chefia. Os demais integrantes efetivos da Coordenação de Museu desempenham funções técnicas que desempenham um papel no planejamento e execução de projetos; em outra divisão, a Divisão de Gestão do Acervo Museológico, a equipe é composta por funcionários comissionados, recrutados por meio de procedimentos específicos. Entre esses profissionais, encontramos especialistas de variadas formações, incluindo administração, conservação e restauração jornalismo e museologia. Eles desempenham uma função multifacetada, compartilhando suas habilidades e conhecimentos não apenas nas atividades especializadas, mas também nas tarefas administrativas fundamentais para o funcionamento da divisão; A terceira divisão, denominada Setor de Conservação e Salvaguarda do Patrimônio Museal, se dedica à preservação e ao cuidado do valioso patrimônio museológico. Nesse setor, a equipe de funcionários efetivos e comissionados trabalha de maneira colaborativa para assegurar a manutenção adequada das peças do acervo, utilizando suas diversas formações e conhecimentos para garantir a segurança e preservação do patrimônio cultural; na quarta divisão, a Equipe de Atendimento e Administração de Espaços Culturais, funcionários comissionados e efetivos desempenham um papel crucial na administração dos espaços culturais e no atendimento ao público. Eles aplicam suas habilidades administrativas e conhecimentos técnicos para proporcionar experiências enriquecedoras aos visitantes e garantir a eficiência na gestão desses espaços; Por fim, no Departamento de Exposições, Curadoria e Comunicação Museal, uma equipe dedicada de estagiários é selecionada para contribuir com suas habilidades em áreas relacionadas a exposições e comunicação museal. Os estagiários, são admitidos por

até um ano, de acordo com regulamentações específicas, desempenham um papel vital na equipe, trazendo uma perspectiva fresca e contribuindo para o planejamento e execução de projetos inovadores.

Para uma melhor visualização, temos um organograma no qual mostra o nome das pessoas que desenvolvem tais funções. Segue abaixo o Organograma da Instituição.

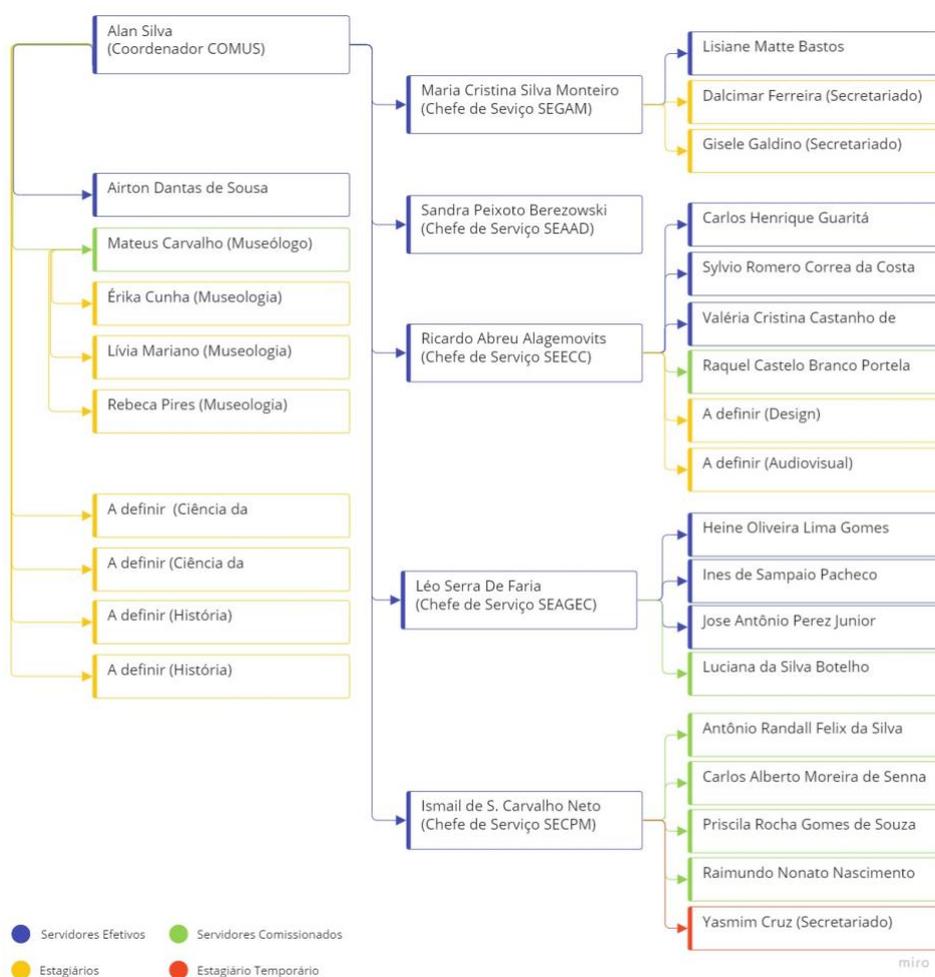


Ilustração 3: Organograma do Museu do Senado Federal (Fonte: Plano Museológico)

Entrando no assunto de responsabilidades, o Museu tem como responsabilidades a organização, documentação e pesquisa do acervo, a concepção de exposições temáticas, a manutenção e recuperação de bens móveis e imóveis, a produção de conteúdo em formatos variados (catálogos, textos expositivos, etc), bem

como a possibilidade de empréstimo interno de obras de arte, para gabinetes e residências oficiais dos Senadores.

### **2.3 A Museologia no Museu do Senado Federal**

A atuação do Museu do Senado se estende por diversas áreas do Palácio do Congresso, com destaque para a preservação e gestão do acervo. Especificamente, o museu concentra seus esforços na preservação da memória institucional do Poder Legislativo. No cenário atual, a memória institucional desempenha um papel central na identidade e personalidade do órgão. No âmbito da gestão, o museu é administrado pela Coordenação de Museu (COMUS), órgão vinculado à Secretaria de Gestão de Informação e Documentação (SGIDOC).

Nesta visão, a autora Raquel Gabriela Willms (2014) analisa a Assembleia Legislativa de São Paulo a partir de dois conceitos, a cultura e a memória. Dentro desta perspectiva, a análise que ela faz compreende que a criação de centros ou memoriais partem de um grupo social que almeja a perpetuação de uma parte da história, ou seja, é um fenômeno cultural, pois se trata de se identificar enquanto participante de um grupo. E todo fenômeno cultural é social, como a memória, segundo sustenta Halbwachs (2004).

Além da memória institucional, também há a questão da própria comunicação organizacional. Todo o processo de preservação permite a história de determinado grupo. Então, a relação identitária dos objetos com a história em comum da instituição deve estar em consonância. Isto significa que a comunicação/divulgação da história da instituição realça e justifica ainda mais a necessidade de preservar a memória da instituição.

(Paiva. 2020, p. 13)

Com base nisso, compartilho as ideias de Marília Cury (1999), que afirma que a gestão museológica organiza a prática formando um cotidiano institucional que opera ao longo do tempo. A gestão museológica faz com que as ações museográficas atuem em sinergia, como um sistema que engloba atividades meio e fim. A administração, como atividade meio, fornece suporte ao processo curatorial, que é uma atividade fim centrada no objeto museológico. O museu, enquanto sistema, compreende procedimentos metodológicos, infraestrutura, recursos humanos e materiais, técnicas, tecnologias, políticas, informações, procedimentos e experiências essenciais para o desenvolvimento de processos museais (Cury, 1999).

Em resumo, esse processo envolve ações integradas realizadas por diferentes profissionais nos objetos de um museu, denominados objetos museológicos ou museália, conforme definido por Stránský em 1969. O processo curatorial distingue a museália de outros objetos em diferentes contextos, considerando o objeto museológico como aquele retirado do contexto natural ou circuito econômico/funcional, adquirindo um estatuto diferenciado (Brulon, 2018). No entanto, é crucial observar que, no Museu do Senado, alguns objetos não são removidos de seus contextos e circuitos funcionais. Por exemplo, peças como uma cadeira Luís XIX, que pertencia às antigas sedes do Senado, continuam em uso, emprestadas para gabinetes. A obra *Composições*, de 1972 do artista Burle Marx, que está exposta no gabinete do presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco. Mesmo com essas atividades de empréstimos dos objetos musealizados, o COMUS, a Coordenação de Museu do Senado Federal, realiza todas as atividades relacionadas ao campo museológico.

Seguindo as etapas propostas por Zbynek Stránský e Peter van Mensch, que compõem a cadeia da musealização - pesquisa, seleção, aquisição, conservação, comunicação e pesquisa de recepção - percebemos que, se o espaço realiza essas etapas, o objeto está sendo musealizado, evidenciando a museologia. Além disso, com base em Marília Cury, existem quatro momentos para a musealização, que representam um processo de valorização de objetos. No primeiro momento, ocorre a seleção dos objetos que serão integrados a uma coleção ou acervo. O segundo momento envolve a inserção do objeto no contexto museológico, onde musealizar é um processo que parte da aquisição e culmina na comunicação. O terceiro momento consiste na escolha de objetos para compor exposições, transformando musealizar em um processo de criação de conceitos e significados por meio de objetos. O quarto momento refere-se ao processo de comunicação, onde musealizar é desencadear uma comunicação que engloba a concepção da exposição, montagem, abertura para o público e avaliação (Cury, 1999).

Em linhas gerais, a autora sintetiza o termo musealização como um processo de aquisição, estudo, documentação e comunicação do patrimônio cultural, enfatizando a exposição. Adicionalmente, a Definição conforme o Estatuto de Museus, Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, considera museus as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem conjuntos e

coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou cultural, abertas ao público e a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. Portanto, o Museu do Senado Federal é, de fato, um Museu.

#### **2.4 Interpretação e Difusão do Acervo no Contexto da Instituição**

Considerando a relevância do passado do Museu, é importante destacar que uma parte significativa de seu acervo tem origem na mudança de sede, advinda do Palácio Monroe, no qual foi mencionado no início desse capítulo. O acervo atual do Museu abrange cerca de 1.300 peças catalogadas. Desde a fundação do Senado, a instituição tem recebido diversas obras, seja por meio de presentes protocolares, aquisições etc. É essencial distinguir entre as diferentes categorias de acervos, que incluem mobiliário histórico, mobiliário de design, itens que pertencem ao Museu e aqueles que integram o patrimônio da instituição, como por exemplo os painéis de Marianne Peretti e Athos Bulcão.

Dentro desse conjunto de 1.300 itens, encontramos uma variedade de obras de arte, tais como pinturas e gravuras de artistas notáveis, incluindo Anna Bella Geiger, entre outros. O acervo também compreende uma diversidade de mobiliário, abrangendo peças históricas e contemporâneas, com nomes de destaque, como Sérgio Rodrigues, cujas criações ornamentaram diversos palácios na década de 1960. Além disso, há exemplares de Oscar Niemeyer e sua filha, Ana Maria Niemeyer. Algumas obras foram criadas especialmente para o edifício, como as de Athos Bulcão e Marriane Perreti.

O acervo transcende o mobiliário e engloba troféus, condecorações, esculturas, gravuras, insígnias, obras de exposições temporárias. É uma prática institucional que, sempre que ocorre uma exposição temporária de algum artista no Senado Federal, este deve doar uma de suas obras à instituição, conforme estipulado pelas normas vigentes.

No que diz respeito à difusão de seu acervo, é importante ressaltar que os itens que compõem o acervo do Senado Federal não se restringem à exposição no Museu, mas desempenham um papel ativo em todo o âmbito da instituição. Um sistema de empréstimo de obras, regulado por meio de uma planilha conhecida como "Planilha

de Empréstimos". Isso permite que gabinetes e departamentos do Senado Federal acessem informações sobre a disponibilidade de itens para empréstimo, sem a imposição de um prazo definido para sua utilização. Senadores têm a prerrogativa de solicitar empréstimos de mobiliários assinados por renomados designers e obras de artistas consagrados, desfrutando desses elementos com restrições mínimas. Um exemplo notável é o uso das cadeiras, que podem ser incorporadas ao cotidiano do Senado sem cerimônias.

Além disso, os Senadores têm a possibilidade de solicitar o empréstimo de móveis e obras para suas residências oficiais, e a quantidade de itens disponíveis para empréstimo é uma escolha do requerente.

Em relação à musealização dos objetos, é relevante destacar que muitos deles mantêm sua função e utilidade no Senado Federal após o processo. No entanto, é preciso observar que existem exceções, como as peças que integram a exposição permanente do Museu do Senado Federal. Estas, não podem ser usadas e são cuidadosamente preservadas. A única exceção ocorre no caso do mobiliário situado na entrada do Museu, o qual é utilizado para cerimônias, eventos sociais, encontros diplomáticos e outras ocasiões de relevância institucional, tornando-se parte integrante das atividades que ocorrem nas dependências do Senado Federal.



Ilustração 4: Espaço salão nobre do Museu do Senado  
(Fonte: Foto tirada pela autora)

No que se refere a documentação e musealização, com base no Plano Museológico do Museu do Senado Federal. No momento atual os itens do Senado passam por um processo de tombamento interno de patrimônio da instituição. Cada objeto destinado ao Museu recebe um código específico para diferenciá-lo do patrimônio geral do Senado. Além desse tombamento, os objetos de valor histórico e artístico passam pelo processo de musealização. Isso envolve a identificação ou produção de documentos autenticadores, como termos de referência, termos de doação, contratos de empréstimo, e recibos, dependendo de como o objeto foi adquirido. Depois da formalização da entrada no acervo, cada objeto é avaliado tecnicamente quanto à conservação e restauração, resultando em um diagnóstico inicial sobre seu estado. Em seguida, ocorre o registro museológico, que inclui a criação de uma ficha catalográfica. Todo esse processo é acompanhado pela produção de documentação fotográfica e pela organização de uma pasta digital que contém fotos e todos os documentos relacionados ao objeto desde sua aquisição. A ficha catalográfica é um documento detalhado, contendo mais de 40 campos de informação e exigindo uma pesquisa abrangente durante sua elaboração. A pasta do objeto funciona como um arquivo digital, um dossiê onde são anexados todos os documentos relevantes, como contratos, recibos, laudos técnicos, entre outros. A estrutura documental atual compreende diversos documentos, tais como termos de tombamento, comprovantes de aquisição, termos de doação, contratos de empréstimo, termos de cessão, ficha catalográfica, diagnóstico e laudo técnico de conservação, além de relatórios de movimentação.

### Capítulo 3: A invasão ao Congresso Nacional em 2023

No dia 8 de janeiro de 2023 centenas de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro se reuniram em Brasília, em uma mobilização ampla e coordenada, alimentada principalmente pelas redes sociais e liderada por apoiadores do ex-presidente que contestavam os resultados das eleições de 2022. Esse movimento de protesto foi uma resposta ao descontentamento de uma considerável parcela da população com o resultado eleitoral, e a sua magnitude ficou evidente com a organização de centenas de ônibus vindos de diferentes partes do país em direção à capital federal.<sup>9</sup>

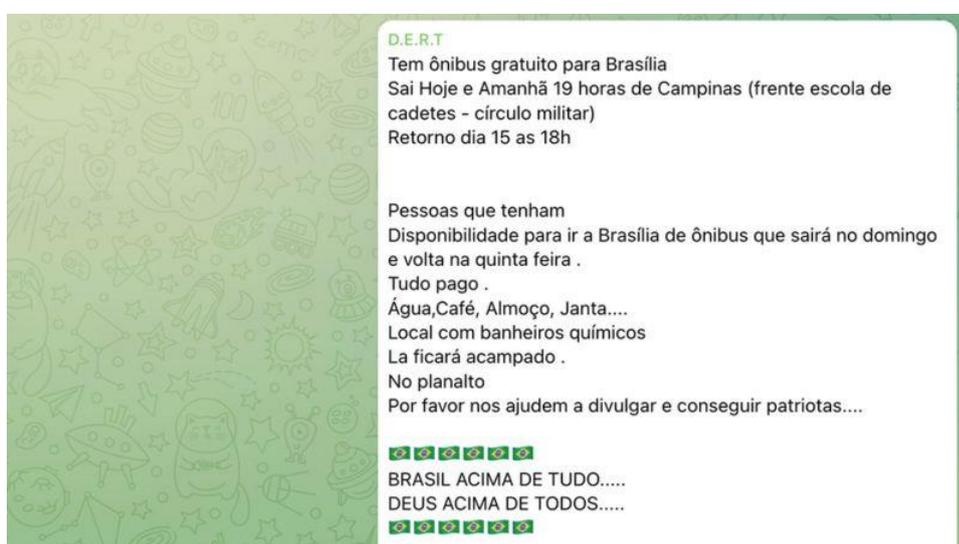


Ilustração 5: Grupo de WhatsApp de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro.

(Fonte: BBC News Brasil)

O epicentro desse movimento estava localizado em um acampamento montado em frente ao Quartel-General do Exército, onde os manifestantes se reuniram em massa para protestar contra a suposta fraude eleitoral e exigir uma mudança no cenário político. Essa concentração de pessoas tornou-se o símbolo desse movimento, com uma atmosfera de tensão crescente e uma determinação por parte dos manifestantes. No ápice da mobilização, por volta das 14 horas, essas pessoas decidiram tomar uma atitude. Mais de quatro mil pessoas deixaram o acampamento e

<sup>9</sup> PRAZERES, Leandro. Ataques em Brasília: o recrutamento de militantes que antecedeu as invasões. BBC News Brasil, 11 jan. 2023. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64230619> >

iniciaram uma marcha em direção ao Congresso Nacional, uma caminhada de aproximadamente 8 quilômetros. Surpreendentemente, eles foram escoltados pela Polícia Militar, que tinha a responsabilidade de manter a ordem pública. Ao chegarem à Esplanada dos Ministérios, onde se encontra o Congresso, a situação era tensa. A Polícia Militar manteve um contingente limitado, o que acabou se mostrando insuficiente para conter a multidão determinada. Os manifestantes conseguiram superar a barreira policial com relativa facilidade, subindo a rampa do Congresso e invadindo o prédio. Os poucos policiais presentes tentaram, em vão, conter a turma utilizando spray de pimenta, mas acabaram recuando diante da determinação dos invasores. A Polícia Legislativa também se mostrou incapaz de evitar a invasão, marcando um momento crítico na história recente da política brasileira. Os principais alvos dessa violência foram os prédios do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal<sup>10</sup>.

As consequências dessa invasão foram devastadoras. Os prédios públicos, que abrigam a estrutura central do governo brasileiro, sofreram danos incalculáveis. Fachadas antes imponentes foram pichadas com mensagens de teor político. Móveis históricos e obras de arte inestimáveis foram brutalmente danificados. Salas e gabinetes foram saqueados e objetos importantes, tanto históricos quanto simbólicos, foram queimados em um ato de completa barbárie.

Os desdobramentos subsequentes foram intensos. Mais de 1.500 pessoas foram detidas, enfrentando uma gama de acusações que variaram desde dano ao patrimônio público da União até crimes contra o patrimônio cultural, associação criminosa, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e tentativa de golpe de Estado. As sérias acusações indicam a gravidade dos acontecimentos daquele dia. Os direitos à liberdade de expressão e manifestação são pilares fundamentais da democracia, mas quando esses direitos são utilizados como pretexto para atacar instituições democráticas, a situação torna-se mais intrincada. A intenção dos envolvidos e os objetivos de seus atos são elementos distintivos que diferenciam

---

<sup>10</sup> CORREIO BRAZILIENSE. Bolsonaroistas furam bloqueio e invadem Congresso, Planalto e STF. 8 jan. 2023. Disponível em: < <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/01/5064594-bolsonaristas-furam-bloqueio-e-invadem-area-do-congresso-nacional.html> >.

essas manifestações das políticas convencionais. A Lei Antiterrorista<sup>11</sup> fornece critérios legais para lidar com atos como esse, embora os manifestantes aleguem motivos políticos. Contudo, o Ministro Alexandre de Moraes classificou a invasão como um ataque terrorista à democracia e às instituições republicanas, identificando indícios de materialidade e autoria dos crimes definidos pela lei<sup>12</sup>. Os artigos dessa lei definem atos de terrorismo como aqueles praticados por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, com o propósito de provocar terror social ou generalizado.

A destruição das obras de arte e o desrespeito à memória e à cultura foram aspectos chocantes desses eventos. Quadros foram perfurados, peças valiosas foram roubadas e móveis históricos foram destruídos. Os extremistas não pouparam os salões dos prédios públicos, onde defecaram e urinaram, deixando registros de sua barbárie nas redes sociais.



Ilustração 6: Quem são os cinco réus julgados pela execução dos ataques golpistas de 8 de janeiro na madrugada de terça.

(Fonte: Jornal Nacional)

<sup>11</sup> BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016. Define o terrorismo, dispõe sobre o financiamento do terrorismo e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 mar. 2016. Seção 1, p. 1. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13260.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13260.htm)

<sup>12</sup> AGÊNCIA BRASIL. Ministros do STF classificam de "terroristas" os atos antidemocráticos. Presidentes do STJ, TSE, TST, STM, além do STF, divulgam nota conjunta. Publicado em 08/01/2023. Por Pedro Peduzzi. Brasília, 2023. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-01/ministros-do-stf-classificam-de-terroristas-os-atos-antidemocraticos> >.



Ilustração 7: A invasão de manifestantes pró-bolsonaristas ao Congresso, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal.  
(Fonte: Observador)

Esse episódio trágico também destaca a importância do patrimônio cultural, da arte e da memória. A preservação do nosso legado cultural e histórico é uma responsabilidade que não deve ser negligenciada. O Brasil possui um rico patrimônio que merece ser protegido e valorizado. Com base nisso, a dimensão desse ataque à democracia e ao patrimônio cultural coloca em xeque o próprio tecido democrático do país. A ideologia que permeia o bolsonarismo, na qual a destruição institucional é utilizada como uma estratégia política, é um desafio considerável para a estabilidade do Estado democrático de direito.

Em um país que valoriza a liberdade de expressão e o direito de manifestação, é imperativo que esses direitos sejam exercidos de maneira responsável e dentro dos limites estabelecidos pela Constituição. A invasão ao Congresso Nacional em 8 de janeiro serve como um lembrete de que a democracia é frágil e deve ser protegida com vigor. A preservação das instituições democráticas, do patrimônio cultural e da memória é um dever que transcende ideologias e partidos políticos.

### **3.1 Análise dos acontecimentos**

A vandalização e destruição das obras de arte e mobiliário no Congresso Nacional em 8 de janeiro de 2023 representam não apenas uma manifestação clara de ação antidemocrática, mas também uma grave violação e falta de respeito ao

patrimônio cultural do país. Esse evento trágico, marcado por vandalismo e violação da memória, serve como um alerta para a necessidade de promover a importância da valorização do patrimônio público e cultural. Pois, o patrimônio cultural desempenha um papel central na construção da identidade de uma nação, transcendendo a classificação de objetos materiais, como apontado por Gonçalves (2007). É uma categoria que medeia ideias, valores e identidades de grupos sociais, ligando o passado, o presente e o futuro de uma nação.

O que ocorreu com essas obras e mobiliários não foi meramente um ataque aos objetos físicos, mas também um ataque à herança cultural e à memória coletiva do país. Pois, a memória cultural de uma nação é um fio condutor que une sua história, identidade e diversidade. A ação de vandalizar e destruir objetos culturais é, portanto, um ataque direto a esse tecido que tece a narrativa do Brasil. Em vez de ser um protesto político legítimo, a vandalização dessas peças atingiu a essência da cultura brasileira, questionando a preservação da história e da pluralidade de perspectivas culturais que compõem o país.

Contudo, é importante ressaltar como o governo do ex-presidente, pelo qual esses manifestantes lutavam a favor, tratava o patrimônio do país. Durante o governo de Bolsonaro, não houve preocupações significativas em relação à gestão e proteção do patrimônio cultural. Cortes orçamentários e redução de investimentos em museus e instituições culturais levaram a uma falta de recursos para a manutenção e segurança de acervos. Como evidenciado na matéria do Jornal *O Tempo* no dia 04 de janeiro de 2021, o patrimônio público, enfrentou cortes orçamentário, impactando diretamente instituições museológicas federais. O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), responsável pela administração de 30 unidades espalhadas pelo país, teve uma redução de R\$ 13 milhões nos valores destinados a essas entidades. E isso traz à tona como o governo anterior lidava com o patrimônio do Brasil.<sup>13</sup>

O governo de Jair Bolsonaro (2018-2022) no Brasil enfrentou desafios significativos no que diz respeito à cultura. Uma área que sofreu mudanças substanciais sob sua administração foi justamente essa. No entanto, ao invés de apresentar um plano sólido e aceitável para promover a cultura, o governo Bolsonaro

---

<sup>13</sup> ROCHA, Rafael. Governo federal corta R\$ 13 milhões de museus e afeta quase 30 instituições. *O Tempo*, 04 jan. 2021. Disponível em: < <https://www.otempo.com.br/coronavirus/governo-federal-corta-r-13-milhoes-de-museus-e-afeta-quase-30-instituicoes-1.2424043> >

pareceu adotar o que pode ser chamado de um "antepiano eleitoral." Isso porque, quando analisamos as informações disponíveis, fica claro que não houve um compromisso sério com uma parte tão fundamental da história do Brasil. É importante ressaltar que a cultura desempenha um papel vital na construção de uma sociedade justa e igualitária, um fato amplamente reconhecido em documentos cruciais para a construção de uma sociedade democrática. De acordo com a Constituição brasileira de 1988, todos os cidadãos têm o direito ao acesso à cultura. Portanto, é responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios promoverem esse direito. Além disso, a Constituição também estabelece a importância da preservação do patrimônio cultural, proibindo a evasão, destruição e descaracterização de obras de arte e bens de valor histórico, artístico ou cultural. No entanto, durante o governo Bolsonaro, houve um notável desmonte na política cultural, que resultou na perda de recursos e apoio a instituições culturais, como pudemos observar no parágrafo anterior.

O desmonte cultural foi tão pronunciado que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) chegou a apresentar uma ação contra o governo no Superior Tribunal Federal (STF) com alegações de que a cultura estava sofrendo um desmantelamento no país<sup>14</sup>. Esse acontecimento chamou a atenção da imprensa, gerando uma crise na pasta da cultura que foi amplamente noticiada. É importante destacar que a cultura não consiste apenas em obras de arte e instituições culturais, mas também na preservação da memória e da identidade de uma nação. Isso inclui a salvaguarda de edifícios históricos e acervos culturais.

Outro aspecto crítico do governo de Jair Bolsonaro (2018-2022) foi a perseguição às expressões culturais. A primeira-dama, Michelle Bolsonaro, desempenhou um papel proeminente na promoção de uma ideologia neopentecostal, o que resultou em ações que prejudicaram as artes e a cultura em geral. Em comícios, Michelle Bolsonaro fez declarações que denotavam uma condenação da cultura, das artes sacras e das religiões de matrizes afro-brasileiras.<sup>15</sup> Isso gerou um clima de perseguição e censura às expressões culturais que não estavam alinhadas com sua

---

<sup>14</sup> VASQUES, Lucas. OAB recorre ao STF contra governo Bolsonaro por ataques à cultura. Forum, 6 dez. 2021. Disponível em: < <https://revistaforum.com.br/cultura/2021/12/6/oab-recorre-ao-stf-contra-governo-bolsonaro-por-ataques-cultura-107141.html> >.

<sup>15</sup> VETTORAZZO, Lucas. Michelle ataca Lula e religiões de matriz africana. Veja, 9 ago. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/michelle-ataca-lula-e-religioes-de-matriz-africana>.

visão. Um exemplo notório desse ambiente cultural conturbado foi a retirada de obras de arte do Palácio do Planalto, residência oficial do presidente da República. Obras que não estavam de acordo com a ideologia ultraconservadora da família presidencial foram removidas e colocadas na reserva técnica do Palácio do Planalto, sem previsões de exposição pública. Um exemplo notório foi a remoção da obra "Orixás" da artista Djanira da Motta e Silva, que é de grande importância para a cultura brasileira e as religiões de matriz africana<sup>16</sup>. Esse episódio simboliza um apagamento de expressões culturais que não se alinham com a visão conservadora.



Ilustração 8: Pintura Orixás da artista Djanira de 1960

Apresentando esses acontecimentos quero trazer a relação problemática entre o governo Bolsonaro e a cultura, no qual reflete a complexa dinâmica política e social do Brasil. O país é conhecido por sua rica diversidade cultural e artística, que reflete a herança de povos indígenas, europeus, africanos e muitos outros. A cultura desempenha um papel fundamental na formação da identidade nacional e na expressão da diversidade do país. Portanto, qualquer desmonte na política cultural ou censura de expressões culturais representa uma ameaça à preservação da herança cultural brasileira.

---

<sup>16</sup> BBC NEWS BRASIL. O quadro com divindades africanas retirado no governo Bolsonaro e que voltará ao Planalto, segundo Janja. 3 jan. 2023. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64157633> >

A gente não vai perseguir ninguém, mas o Brasil mudou. Com dinheiro público não veremos mais certo tipo de obra por aí. Isso não é censura, isso é preservar os valores cristãos é tratar com respeito a nossa juventude, reconhecer a família.

(Jair Messias Bolsonaro. 2019).

A frase de Bolsonaro citada acima desse parágrafo, pronunciada durante um evento virtual do 3º Simpósio Nacional Conservador em Ribeirão Preto (SP), ilustra sua falta de interesse e as frequentes mudanças nos órgãos responsáveis pela cultura no Brasil. É evidente que houve uma marcada repressão à expressão artística no país. Considerando que o governo anterior sob a liderança de Jair Bolsonaro promovia essa abordagem, seus apoiadores compartilhavam dessa perspectiva. Isso nos leva a ponderar se os eventos que ocorreram em 8 de janeiro de 2023 eram, de certa forma, previsíveis. O ambiente de desvalorização da cultura e a ausência de apoio às manifestações artísticas podem ter contribuído para o clima de polarização e tensão que culminou nesse trágico episódio.

No que diz a desvalorização da cultura, é importante falar a respeito do que é essa "cultura," como destacado por Carneiro da Cunha (2009), é multifacetada e sujeita a interpretações diversas. Culturas não são entidades rígidas e homogêneas, mas sim conjuntos de práticas, crenças e valores que evoluem ao longo do tempo. A diversidade cultural e a coexistência de diferentes perspectivas culturais enriquecem a herança de uma sociedade e contribuem para a compreensão da complexidade da identidade cultural.

O ataque ao Congresso Nacional em 8 de janeiro de 2023, resultando na destruição de peças culturais significativas, representa uma negação dessas diferentes culturas. Foi uma agressão a várias narrativas culturais que compõem a sociedade brasileira. Essa ação reflete a tentativa de impor uma visão única, contrariando a realidade de uma nação diversa e multifacetada. Em síntese, o acontecimento não pode ser analisado apenas sob uma perspectiva política. Foi, acima de tudo, um ataque à memória coletiva, à diversidade cultural, à democracia e ao patrimônio do país. Este evento é um lembrete da importância de preservar, proteger e valorizar nosso patrimônio cultural, bem como de reconhecer o papel crítico dos museus na conservação da cultura de uma nação. Além disso, enfatiza a

necessidade de respeitar e celebrar a diversidade, reconhecendo que a cultura não é uma entidade fixa, mas sim um mosaico em constante evolução de práticas, crenças e valores.

Esse evento trágico, marcado por vandalismo e violação da memória, serve como um alerta para a necessidade de promover a importância da valorização do patrimônio público. É um chamado para reconhecer que a memória coletiva e a identidade cultural são componentes essenciais da nossa história e devem ser respeitados e preservados para as gerações futuras.

Homem destruindo, degradando ou desnaturando os monumentos históricos apaga suas raízes, deturpa a própria memória, deforma as lições deixadas pelo passado, condenando-se a nunca ir além do empirismo. Uma sociedade deturpando sua cultura e sua memória, destrói os instrumentos que são seus próprios meios de expressão como seres vivos, com incidências sobre a memória individual e coletiva, podendo gerar problemas para a identidade como comunidades, povo ou nação

(Kuhl. 2006, p. 35)

No livro "Memória, esquecimento, silêncio" de Michael Pollak (1989), ele fala sobre como a memória está ligada à nossa identidade e à política. Ele diz que não é apenas lembrar o que aconteceu no passado, mas entender como isso afeta quem somos individualmente e como grupo. Isso fica claro em situações como reuniões de partidos políticos, onde mudanças podem causar divisões, e quando pensamos sobre a história do nosso país. Se olharmos isso no contexto político do Brasil, vemos a divisão entre quem gosta do presidente Jair Bolsonaro e quem apoia outros governos. Essa divisão mostra que as pessoas têm ideias diferentes sobre a ideologia, economia e sociedade, o que leva a interpretações distintas da história recente.

Os eleitores e apoiadores de Bolsonaro gostam das ideias conservadoras dele, foco na segurança, políticas econômicas e falar contra a corrupção. Por outro lado, quem apoia outros governos podem dar mais importância a questões ambientais, direitos humanos e como a pandemia foi gerenciada.

Essa briga entre os grupos mostra que a memória histórica é algo que as pessoas veem de maneiras diferentes, baseadas em suas experiências e valores. Às vezes, essa divergência aparece em eventos como a vandalização ao Congresso

Nacional, que destaca os conflitos políticos e como grupos diferentes interpretam a mesma ação de jeitos diferentes. A vandalização não é só uma forma de mostrar insatisfação política, mas também prejudica a memória coletiva, levantando dúvidas sobre quem somos como país e como entendemos nossa história. Com base nisso, é imperativo reconhecer que tal ação é profundamente negativa e problemática. O ato de vandalizar as obras e mobiliários do acervo do Museu do Senado é prejudicial porque destrói parte do legado cultural e histórico, comprometendo a preservação de elementos que são testemunhas tangíveis do passado. Essas obras muitas vezes representam a diversidade cultural e as diferentes fases da história, e sua vandalização implica na perda irreparável desses registros.

Além disso, esse ato é problemático porque reflete a deterioração do diálogo civilizado e democrático. Em uma sociedade que preza o respeito às divergências, a expressão política deve ser conduzida por meio de mecanismos democráticos, e a destruição de patrimônio público vai contra esses princípios. Ademais, a ação de vandalizar o Congresso Nacional, um símbolo da democracia e da representação popular, levanta sérias questões sobre o respeito às instituições democráticas. Nesse contexto, pode ser interpretado como uma tentativa de minar não apenas o patrimônio cultural, mas também os próprios fundamentos da democracia.

A palavra mágica: valorização. Expressão-chave, da qual se espera que sintetize o status do patrimônio histórico edificado, ela não deve dissimular que hoje, como ontem, apesar das legislações de proteção, a destruição continua pelo mundo, a pretexto de modernização e também de restauração, ou a força de pressões políticas, quase sempre irresistíveis.

(Choay. 2001, pag. 212)

## 3.2 Iconoclastia: Definição e história da iconoclastia

Não terás outros deuses além de mim. Não farás para ti nenhum ídolo, nenhuma imagem de qualquer coisa no céu, na terra, ou nas águas debaixo da terra. Não te prostrarás diante deles nem lhes prestarás culto, porque eu, o Senhor, o teu Deus, sou Deus zeloso, que castigo os filhos pelos pecados de seus pais até a terceira e quarta geração daqueles que me desprezam, mas trato com bondade até mil gerações aos que me amam e obedecem aos meus mandamentos. (Ex. 20, 3-6)

[Deus a Moisés] “Você não poderá ver a minha face, porque ninguém poderá ver-me e continuar vivo”. (Ex. 33, 20) “Não faça ídolos de metal para você.” (Ex. 34, 17)

Então o Senhor falou a vocês do meio do fogo. Vocês ouviram as palavras, mas não viram forma alguma; apenas se ouvia a voz. (Dt. 4, 12) “Estes são os decretos e ordenanças que vocês devem ter o cuidado de cumprir enquanto viverem na terra que o Senhor, o Deus dos seus antepassados, deu a vocês como herança. Destruam completamente todos os lugares nos quais as nações que vocês estão desalojando adoram os seus deuses, tanto nos altos montes como nas colinas e à sombra de toda árvore frondosa. Derrubem os seus altares, esmigalhem as suas colunas sagradas e queimem os seus postes sagrados; despedacem os ídolos dos seus deuses e eliminem os nomes deles daqueles lugares. (Dt. 12, 1-5)

‘Maldito quem esculpir uma imagem ou fizer um ídolo fundido, obra de artesãos, detestável ao Senhor, e levantá-lo secretamente’. Todo o povo dirá: ‘Amém!’ (Dt. 27, 15)

Não façam ídolos, nem imagens, nem colunas sagradas para vocês, e não coloquem nenhuma pedra esculpida em sua terra para curvar-se diante dela. Eu sou o Senhor, o Deus de vocês. (Le 26, 1)

“Assim diz o Senhor, o rei de Israel, o seu redentor, o Senhor dos Exércitos: Eu sou o primeiro e eu sou o último; além de mim não há Deus. [...] Há outro Deus além de mim? Não, não existe nenhuma outra Rocha; não conheço nenhuma”. Todos os que fazem imagens nada são, e as coisas que estimam são sem valor. As suas testemunhas nada veem e nada sabem, para que sejam envergonhados. Quem é que modela um deus e funde uma imagem, que de nada lhe serve? Todos os seus companheiros serão envergonhados; pois os artesãos não passam de homens. (Is. 44, 6-17)

Os trechos colocados acima têm sua origem no Êxodo presente na Bíblia Sagrada. Nessa parte da obra, é contada a história de Moisés e o relato da partida dos israelitas do Egito em busca da Terra Prometida. Sob a liderança de Moisés, o povo deixa para trás uma existência de escravidão, abraçando a fé em Deus e ansiando por uma vida mais promissora.

Os iconoclastas, em sua maioria, fundamentavam suas convicções nessas escrituras, embora suas interpretações fossem literalistas. Contudo, quem eram esses iconoclastas? Qual era a natureza desse movimento? O termo iconoclastia significa literalmente “quebrador de imagem” e tem origem no grego eikon (ícone ou imagem)

e klastein (quebrar).<sup>17</sup> Este representava um movimento político-religioso que se opunha à veneração de ícones e imagens religiosas no Império Bizantino, iniciado nos primeiros anos do século VIII e persistindo até o século IX. Os iconoclastas alegavam que as imagens sagradas constituíam ídolos, e, como resultado, a veneração e o culto a ícones eram considerados formas de idolatria.

Em 730, o imperador Leão III, um iconoclasta, proibiu a veneração de ícones, desencadeando a destruição de numerosas obras, incluindo mosaicos, afrescos, estátuas de santos, pinturas, ornamentos nos altares de igrejas, livros ilustrados e diversas obras de arte (Fernandes, 2016). Segundo Timothy Gregory (2005), a causa principal de tais acontecimentos estavam nas abordagens autoritárias dos imperadores. Eles se viam como representantes de Deus na Terra e entravam em conflito com as imagens, acreditando que Deus estava punindo o Império devido à idolatria, quando as pessoas adoram ídolos. As derrotas de Bizâncio para os árabes eram interpretadas como uma resposta divina contra os iconoclastas. Contudo, Gregory sugere que a explicação mais aceitável é que o imperador Leão III, no século VIII, iniciou a luta contra as imagens por sua convicção pessoal. Sentindo-se responsável diante de Deus e de seus súditos, ele impôs suas próprias crenças sobre a prática religiosa correta. O estilo autoritário dele fez com que suas ideias fossem seguidas em todo o Império, ignorando a diversidade de crenças da sociedade.

Na segunda fase da crise iconoclasta, teve um encontro importante em 843 chamado "Triunfo da Ortodoxia" ou "Domingo da Ortodoxia". Nesse encontro, decidiram que a ideia de não permitir o uso de imagens religiosas (iconoclastia) estava errada e era uma grande heresia. Além disso, reafirmaram todas as decisões do Segundo Concílio de Nicéia de 787, que, pela primeira vez, autorizou o uso de imagens nas práticas religiosas. Mesmo que o registro original desse encontro no ano de 843 não tenha sido preservado, as decisões tomadas podem ser acessadas por meio de um documento chamado Synodikon da Ortodoxia<sup>18</sup>.

Com base nas ideias do autor Márcio Seligmann-Silval, quase treze séculos depois dos tumultos relacionados a imagens, no ano de 2020, durante a pandemia de

---

<sup>17</sup> Significados. Iconoclasta. Disponível em: <  
[<sup>18</sup> ORTHODOXIA CATHOLICA. The Synodikon of Orthodoxy. Disponível em: <  
\[>\]\(https://ortodoxiacatholica.com/blog/2022/03/14/the-synodikon-of-orthodoxy-2022/?lang=en\)](https://www.significados.com.br/iconoclasta/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20Iconoclasta%3A&text=O%20significado%20de%20iconoclasta%20engloba,obras%20de%20arte%20e%20s%C3%ADmbolos.></a></p></div><div data-bbox=)

COVID-19, como resposta ao violento assassinato de George Floyd em 25/05 em Mineápolis por um policial branco, houve uma onda de ataques a monumentos que celebram a história colonial. Esses eventos continuam a impactar o cenário político e cultural. Estátuas de comerciantes de escravizados foram derrubadas ou danificadas, monumentos a supostos descobridores foram atacados, e líderes imperiais brutais foram removidos de seus lugares em praças públicas. Agora, não é apenas uma disputa entre quem apoia ou não a destruição de imagens, mas sim uma batalha entre aqueles que têm diferentes pontos de vista sobre essas representações visuais. Essa luta por imagens se transforma em uma batalha por histórias que moldam como vemos o mundo e agimos nele.

A partir da obra de Walter Benjamin intitulada "O caráter destrutivo," escrita em 1931, na qual ele explora a temática da destruição de maneira ambígua, destacando a dualidade entre uma abordagem crítica positiva e um projeto necropolítico de destruição negativa. Benjamin descreve o caráter destrutivo como algo jovial e alegre, rejuvenescedor, que proporciona alegria ao remover vestígios do passado. Ele argumenta que o destruidor não idealiza imagens, busca criar espaço vazio e não se preocupa em substituir o que foi destruído. Contudo, ao analisarmos essa obra de maneira progressista e revolucionária, podemos interpretar o papel do caráter destrutivo como uma desobstrução de caminhos e a explosão de narrativas falsas.

Nesse contexto, ao considerarmos as ações relacionadas à derrubada de estátuas e símbolos, em prol de uma ação decolonial, proporcionamos a oportunidade de uma reescrita da história. Essas intervenções podem ser vistas como um ato de desafio às narrativas dominantes e como uma tentativa de romper com representações que perpetuam ideias prejudiciais. Ao remover tais símbolos, abre-se espaço para uma reinterpretação mais inclusiva e justa da história, permitindo a construção de uma narrativa mais autêntica e alinhada com os valores de uma sociedade em evolução.

No entanto, é crucial questionar quando a destruição não é motivada pelo desejo de construir uma narrativa mais coerente, mas sim por insatisfação política. Quando os ataques estão direcionados a obras e espaços públicos que não estão vinculados a questões decoloniais, mas sim a espaços que representam a democracia de um país, e às suas obras e mobiliários que contam a história das instituições e de

seus senadores, como o que ocorreu no Congresso Nacional no dia 8 de janeiro de 2023. Isso nos leva a reflexões sobre os limites da destruição e a necessidade de avaliar as motivações por trás dessas ações, considerando o contexto político e as ramificações para a memória coletiva.

### **3.3 Iconoclastia como forma de protesto político**

O espaço público é um lugar ideológico, necessariamente político, e, por isso, de conflito

(Krauss, 1979; Silva, 1996; Mitrache, 2012; Stavrides, 2016/2021).

De acordo com o pensamento de Gambioni (1997, como mencionado por Frank & Ristic, 2020), a destruição de monumentos nas cidades foi vista como uma forma intencional de desafiar as autoridades e as ideias por trás delas. Isso é considerado uma prática de iconoclastia política, que é basicamente a quebra de símbolos importantes para contestar o poder estabelecido. Esculturas, monumentos vitoriosos e outras formas de expressão artística em espaços públicos servem como uma espécie de linguagem visual com conotações políticas. Elas refletem os anseios de governos estaduais, líderes políticos e grupos dominantes em reforçar sua autoridade política e estabelecer uma ordem social e hierarquia específicas. Esse fenômeno é uma manifestação do que Hobsbawm (1983, p. 1) denomina como "tradições inventadas" - práticas que recriam uma herança do passado no contexto presente, transmitindo "mitos" (Barthes 2001) que justificam ideologias políticas e legitimam as relações de poder na sociedade.

Quebrar monumentos para desafiar o poder é um tema que evolui constantemente. Esse ato, chamado de iconoclastia política, vai além da destruição; cria um paradoxo, legitimando, de certa forma, o que está sendo demolido. Essa prática é um conflito entre esses atos e a ordem estabelecida, uma dança ideológica complexa. A destruição do patrimônio não é apenas uma rebelião contra a cultura aceita, mas também uma maneira de ativar um senso compartilhado de consciência. O espaço público é o palco principal desse conflito. A arte pública, quando não está conectada à comunidade, pode se tornar um reflexo do poder elitista que a financia.

A arte, que deveria promover inclusão, participação cívica e educação crítica, falha quando simplesmente adorna o espaço com símbolos intocáveis do passado. (Goes, 2022)

Mirjana Ristic e Sybille Frank, em seu artigo "Urban Fallism: Monuments, Iconoclasm, and Activism (2020)", abordam a proposta de Lenin para uma política iconoclasta maximalista, visando a rápida destruição dos monumentos czaristas após o colapso da monarquia. Entretanto, membros da elite cultural urbana em Moscou e Petrogrado, como artistas, críticos e preservacionistas de arte, se posicionaram contra essa iniciativa. Eles conseguiram convencer os soviets da cidade e comitês locais de que os monumentos czaristas não possuíam apenas valor político, mas também valor estético e histórico na arte. Outros estudos na coletânea exploram situações semelhantes, como a queda e subsequente reerguimento de estátuas de Chiang Kai-shek em Taiwan após a democratização, a destruição e reconstrução de estátuas de Hafez Al-Assad na Síria durante a guerra civil, e o destino do Monumento a Lenin em Berlim após a reunificação da Alemanha. Essas análises evidenciam como as decisões sobre monumentos têm implicações políticas, estéticas e históricas, destacando a interseção entre poder, memória e ativismo urbano. Adicionalmente, ressaltam que avaliações estéticas não apenas impactam a preservação de monumentos considerados "belos", como no caso do Monumento às Bandeiras em São Paulo, mas também podem resultar na destruição seletiva de monumentos contestados e considerados "feios".

A necessidade de revisitar a história e interpretar o patrimônio emerge como uma ferramenta crucial para descolonizar o espaço público. Isso é especialmente vital diante de narrativas históricas que perpetuam mitos e ideologias totalitárias. Ao longo da história, vemos que movimentos revolucionários e grupos poderosos usaram a iconoclastia para simbolizar triunfo e estabelecer novas ordens sociais. Esse não é apenas um ato de desconstrução histórica, mas também uma construção da pós-memória, onde novas elites triunfantes são entronizadas.

Recentemente, eventos como a invasão ao Congresso Nacional e a vandalização de obras do acervo do Museu do Senado refletem, de alguma forma, esses movimentos históricos. No entanto, é crucial diferenciar entre contestação política legítima e ações violentas contra instituições democráticas. A destruição do

patrimônio cultural destaca a importância de preservar não apenas a história, mas também a integridade da democracia.

## **Capítulo 4: A Destruição do Acervo/Patrimônio no Senado Federal**

### **4.1 Análise dos danos ao acervo/patrimônio do Senado Federal**

Idealizado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, o edifício que abriga a Câmara dos Deputados foi reconhecido como parte essencial da escala monumental do Plano Piloto, sendo tombado em 1987 como patrimônio cultural mundial pela Unesco. Posteriormente, em 2007, a estrutura arquitetônica do prédio também recebeu essa proteção legal. Este espaço, além de ser um símbolo da democracia, é um monumento na capital do Brasil que preserva objetos históricos de valor inestimável. Infelizmente, mesmo com essa relevância, não escapou dos atos de destruição ocorridos em 8 de janeiro.

Os rastros da invasão e destruição impactaram os servidores e restauradores da casa, que expressaram preocupação com móveis quase bicentenários provenientes do Palácio Conde dos Arcos e do Palácio Monroe, antigas sedes da Câmara no Rio de Janeiro. O Museu do Senado Federal, que conta a história da instituição, viu suas obras danificadas, tornando-se parte da narrativa da invasão.

Após a identificação de possíveis bombas e coleta de digitais dos invasores pela polícia, uma equipe do Museu iniciou uma avaliação preliminar dos danos para planejar a recuperação do patrimônio. O profissional do Laboratório de Conservação da Câmara, Alan Silva, destacou a importância do trabalho dos especialistas na restauração, embora algumas marcas inevitavelmente permaneçam. O impacto dos atos de destruição não apenas danificou fisicamente o patrimônio artístico e cultural, mas também gerou um custo financeiro para a sociedade.

Apenas as obras e os mobiliários que fazem parte do acervo do Museu do Senado geraram um custo de R\$ 488.082,98 aos cofres públicos. Com base nesses fatos, apresentarei estes itens que foram vandalizados no dia 8 de janeiro, e como os mesmos foram encontrados após os atos, e quais processos de restauração eles sofreram.

## Galeria dos presidentes do Senado Federal

A galeria dos presidentes do Senado Federal está localizada no Museu do Senado, ela abrange desde o período imperial até o presente. Composta por 69 retratos dos ex-presidentes do Senado Federal, em pintura a óleo pelo artista Urbano Villela.

Em 8 de janeiro, cinco retratos da galeria foram danificados. O curioso desse episódio reside na escolha específica dos retratos afetados: dois quadros do ex-presidente José Sarney, correspondentes aos seus mandatos nos anos de 2005/2007, 2009/2010 e 2011/2012; dois quadros do ex-presidente do Senado, Renan Calheiros, referentes aos seus mandatos de 2005/2007, 2013/2014 e 2015/2016; e um quadro do ex-presidente do Senado Ramez Tebet, relacionado ao seu mandato no ano de 2001/2003.

O dano infligido a essas obras foi tão expressivo que inviabilizou o processo de restauração de três obras, o quarto pôde ser restaurado (um do José Sarney). Como alternativa, tornou-se necessário encomendar novos retratos ao artista Urbano Villela, cada um totalizando o valor de R\$ 9.970,00, resultando em um custo total de R\$ 39.880,00.



Ilustração 9: Estado em que os retratos foram encontrados na Galeria dos Presidentes.

(Fonte: G1)

Com base nesses eventos, esclareço a razão por trás da escolha específica desses retratos, iniciando pelo do ex-presidente do Senado, Renan Calheiros. Para compreender essa decisão, é fundamental entender o contexto da CPI da Covid-19, uma Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as ações e omissões do governo brasileiro durante a pandemia. Desde o seu início, essa CPI tem gerado controvérsias.

A designação do senador Renan Calheiros (MDB-AL) como relator da comissão tornou-se um ponto de discordância, especialmente entre parlamentares bolsonaristas<sup>19</sup>. Apesar de um acordo formalizado entre a maioria dos membros da CPI, políticos ligados ao presidente Jair Bolsonaro têm conduzido campanhas nas redes sociais contra a indicação de Calheiros, levantando-se a hashtag *#RenanSuspeito*

Renan Calheiros, conhecido por sua postura crítica em relação ao governo, é visto como um opositor do Palácio do Planalto. Sua nomeação para a relatoria da CPI foi alvo de questionamentos e resistência por parte dos bolsonaristas, que alegam que o Senador não seria imparcial devido às suas posições políticas anteriores.

Figuras como a deputada Carla Zambelli e o deputado Coronel Tadeu, ambos do PSL-SP, incentivaram a hashtag *#RenanSuspeito* nas redes sociais, pedindo que seguidores pressionem outros membros da CPI contra a escolha de Calheiros<sup>20</sup>. O deputado Marcelo Álvaro Antônio anunciou uma ação contestando um suposto "conflito de interesses" na indicação do Senador.

Apesar das críticas e resistências, o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou um pedido para retirar Renan Calheiros da CPI, mantendo-o como relator. A comissão, que já recebeu numerosos requerimentos de Senadores para investigar diversas ações do governo durante a pandemia, aguarda a aprovação desses pedidos. A CPI da Covid-19 se configura como um importante palco de confronto

---

<sup>19</sup> BENITES, Afonso. Renan Calheiros, o insólito novo líder da oposição a Bolsonaro. El País, Brasília, 27 abr. 2021. Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-28/renan-calheiros-o-insolito-novo-lider-da-oposicao-a-bolsonaro.html> >

<sup>20</sup> SIQUEIRA, André. Bolsonaristas fazem campanha contra Renan Calheiros na relatoria da CPI da Covid-19. Jovem Pan, 19 de abril de 2021. Disponível em: < <https://jovempan.com.br/noticias/politica/bolsonaristas-fazem-campanha-contra-renan-calheiros-na-relatoria-da-cpi-da-covid-19.html> >.

político, evidenciando as tensões entre o governo e seus opositores no contexto da gestão da pandemia.<sup>21</sup>

Nossa cruzada será contra a agenda da morte. Contra o caos social, a fome, o descalabro institucional, o morticínio, a ruína econômica, o negacionismo.

(Renan Calheiros, 2021. Sessão CPI da Covid)

Os dois retratos danificados na galeria dos ex-presidentes do Senado Federal pertencem a José Sarney, e acredito que essa escolha está relacionada aos eventos de 2021. Naquele ano, o presidente Jair Bolsonaro realizou uma visita não programada à residência de José Sarney em Brasília. O propósito dessa reunião era solicitar a Sarney que intercedesse a favor de Bolsonaro, contendo Renan Calheiros na CPI da Pandemia. A reunião, na qual o senador Fernando Bezerra (MDB-PE) também participou, visava obter aconselhamento sobre a CPI.<sup>22</sup>

Bezerra aconselhou Bolsonaro a se aproximar mais do MDB, ressaltando a influência positiva de Sarney no partido. Apesar do desafio representado pela presença de Renan Calheiros como relator da CPI, Bezerra destacou a importância do diálogo na comissão. Em 2023, José Sarney surpreendeu ao expressar apoio a Luiz Inácio Lula da Silva, indo contra Bolsonaro, e criticou a administração atual<sup>23</sup>. Acredito que esses acontecimentos podem ter sido interpretados como traição pelos eleitores bolsonaristas.

Esse voto não é para quatro anos de governo: é um voto para o destino do Brasil. O voto em Bolsonaro é voto contra as instituições, que terá como consequência anos de autocracia, um regime de força, construído na mentira sistemática e no abuso do poder. O voto em Lula — que já tem seu lugar na História do Brasil como quem levou o povo ao poder e como responsável por dois excelentes governos — é voto pela democracia, pela volta ao regime de alternância de poder, pela busca do Estado de Bem-Estar Social. A diferença é clara.

(José Sarney, 2022. Carta aberta)

---

<sup>21</sup> BRASIL DE FATO. Lewandowski nega pedido de bolsonaristas e mantém Renan Calheiros na CPI da Covid. 29 de abril de 2021. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/29/lewandowski-nega-pedido-de-senadores-governistas-para-tirar-calheiros-da-cpi-da-covid> >

<sup>22</sup> CNN BRASIL. Bolsonaro ouve aliados e se reúne com Sarney um dia após início da CPI. 30 abr. 2021. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/incentivado-por-aliados-bolsonaro-se-reune-com-sarney-um-dia-apos-cpi-instalada/> >

<sup>23</sup> CORREIO BRASILIENSE. O ex-presidente José Sarney declara apoio a Lula: “Voto pela democracia”. Postado em 24 out. 2022. Disponível em: < <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/10/5046609-ex-presidente-jose-sarney-declara-apoio-a-lula-voto-pela-democracia.html> >

No que diz respeito ao retrato de Ramez Tebet, é necessário destacar sua trajetória como ministro da Integração Nacional e presidente do Senado, sempre representando o MDB, tendo falecido em 2006 durante seu mandato como senador. No entanto, surge a indagação sobre porque a obra de Ramez Tebet tem sido alvo de ataques, uma vez que ele não estava presente durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A resposta a essa questão está relacionada à sua filha, Simone Nassar Tebet, senadora pelo Mato Grosso do Sul e ex-candidata à Presidência pelo MDB em 2022. Ela ganhou notoriedade devido à sua atuação na CPI da Covid-19, destacando-se ao questionar o deputado Luis Miranda sobre a suposta irregularidade na aquisição da vacina Covaxin, envolvendo o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros. Tebet também defendeu ativamente a participação de mulheres parlamentares na CPI, enfrentando acusações de machismo ao questionar o ministro da Controladoria Geral da União.

Ao longo da CPI, Tebet expôs erros em documentos apresentados por autoridades como Élcio Franco e Onyx Lorenzoni, referentes à compra da Covaxin. Ao término da comissão, ela declarou que havia elementos suficientes para um pedido de impeachment contra Jair Bolsonaro.<sup>24</sup>

No âmbito das eleições, o primeiro debate presidencial de 2022 foi marcado por ataques direcionados às candidatas Simone Tebet e Soraya Thronicke, as quais expressaram críticas à gestão de Bolsonaro. Em resposta, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, intensificaram ofensas nas redes sociais, buscando minimizar os impactos negativos causados por Bolsonaro junto ao eleitorado feminino. Uma campanha, destacada pela hashtag *#SouMulherEVotoBolsonaro*, foi promovida como contraponto às críticas, enquanto expressões como *"BOLSONARO ODEIA MULHERES"* ganharam proeminência.<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> INFOMONEY. Quem é Simone Tebet? Conheça a nova ministra do Planejamento do governo Lula. Disponível em: < <https://www.infomoney.com.br/perfil/simone-tebet/>>

<sup>25</sup> ISTOÉ. *Farsante, traíra, mentirosa* : redes bolsonaristas atacam Tebet e Soraya. São Paulo, 29 de agosto de 2022. Disponível em: < <https://istoe.com.br/farsante-traira-mentirosa-redes-bolsonaristas-mantem-ataques-a-candidatas/>> .

### **Renan Calheiros, de Urbano Villela.**

Dois dos quadros do ex-presidente do Senado, Renan Calheiros, que ficam expostos na Galeria dos Ex-Presidentes do Museu do Senado. Foram encontrados após a invasão do dia, 8 de janeiro, O primeiro apresentava um corte superficial na face, resultado de um objeto cortante, enquanto o segundo exibia cortes profundos na face e havia sido parcialmente removido de sua moldura.

Essas duas obras danificadas não passaram pelo processo de restauração devido ao seu estado deteriorado. Diante dessa condição, o artista Urbano Villela tomou a iniciativa de criar dois novos quadros representando o ex-presidente do Senado, Renan Calheiros, como resposta à necessidade de substituir as peças danificadas.



Ilustração 10: Estado do Retrato de Renan Calheiros encontrado após a invasão do dia 8 de janeiro. (Fonte: foto tirada pela autora)



Ilustração 11: Estado do Retrato de Renan Calheiros encontrado após a invasão do dia 8 de janeiro. (Fonte: foto tirada pela autora)

### **José Sarney, de Urbano Villela**

O retrato do ex-presidente do Senado José Sarney está situado na galeria dos ex-presidentes do Senado, dentro do Museu do Senado Federal. No dia da invasão, em 8 de janeiro, o quadro foi descoberto com uma incisão superficial na face, provocada por um objeto cortante. A obra não foi encaminhada para o processo de restauração, pois se fez necessário a criação de outro retrato.

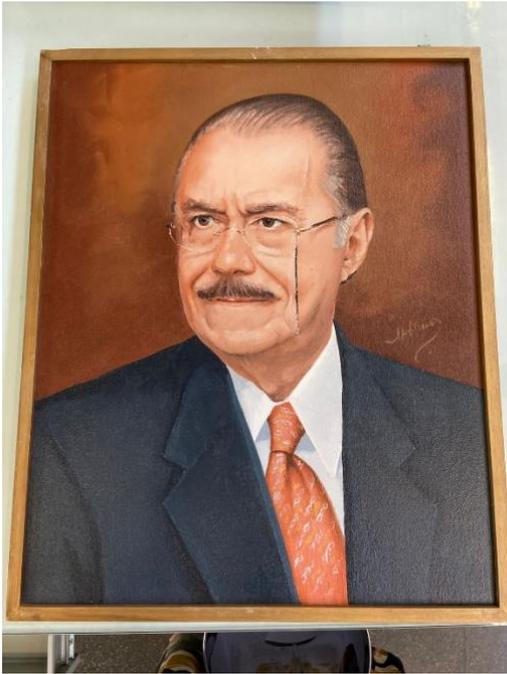


Ilustração 12: Estado do Retrato de José Sarney encontrado após a invasão do dia 8 de janeiro. (fonte: foto tirada pela autora)

O segundo retrato do ex-presidente do Senado, José Sarney, escapou de danos expressivos ao contrário dos outros três. Em virtude disso, foi viável sua restauração por meio do trabalho voluntário do restaurador Marcos Faria.



Ilustração 13: Imagens do processo de restauração do retrato do ex-presidente José Sarney. (Fonte: Senado Federal)

**Ramez Tebet, de Urbano Villela**

O retrato do ex-presidente do Senado Ramez Tebet que fica situado galeria dos ex-presidentes do Senado, dentro do Museu do Senado Federal. No dia do, 8 de janeiro, o quadro foi descoberto com um corte superficial na face, causado por um objeto cortante. A obra não passou pelo processo de restauração, pois houve a necessidade de criar uma nova pintura.

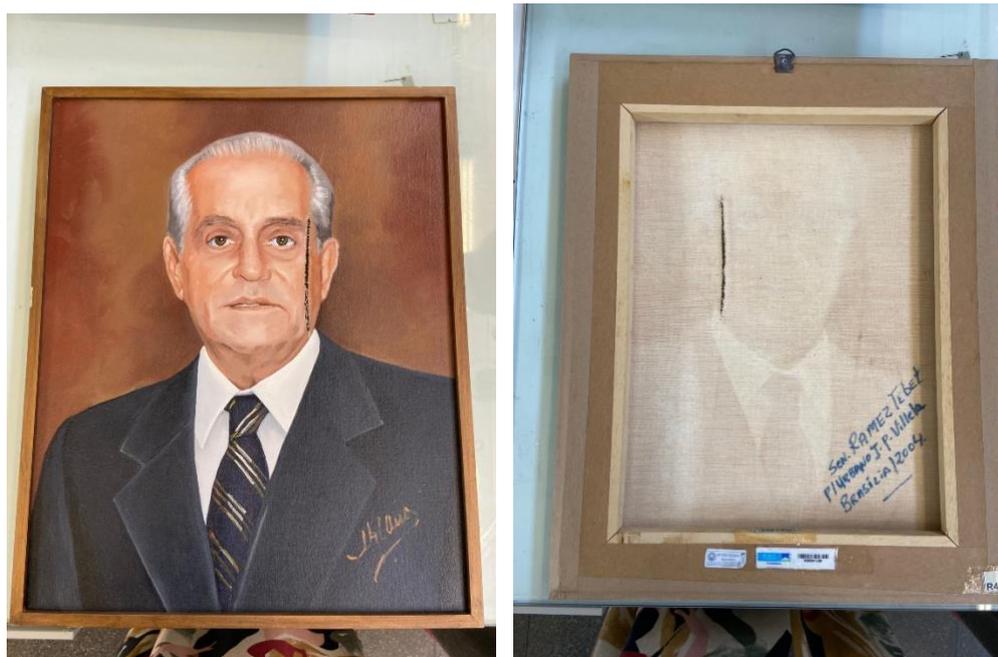


Ilustração 14: Estado do Retrato de Renan Tebet encontrado após a invasão do dia 8 de janeiro. (fonte: foto tirada pela autora)

### **Trigal na Serra, de Guido Mondin.**

A pintura intitulada "Trigal na Serra" foi confeccionada em 1967 pelo artista brasileiro Guido Mondin e foi doada ao Senado Federal. Mondin, além de pintor, era político, economista, fundador da Associação Rio Grandense de Artes Plásticas e membro da Academia de Belas Arte.

Esta obra ficava localizada na sala de recepção do gabinete do Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco. E após o dia 8 de janeiro foi encontrada no chão da sala fora de sua moldura, úmida e com fragmentos de vidro. No dia subsequente, já se observavam sinais de fungos na peça.

Nonato Nascimento, do laboratório de Restauração do Senado Federal, assumiu a responsabilidade pela recuperação da obra devido aos danos causados. Ele iniciou o processo de higienização e desinfecção, seguido pela colocação da peça sobre um mata-borrão para remover a umidade. A etapa subsequente envolveu a recuperação da parte pictórica da obra. O valor estimado da restauração dessa obra foi de R\$ 3.500,00 reais. A restauração já foi concluída, e atualmente o quadro já se encontra em seu local de origem.

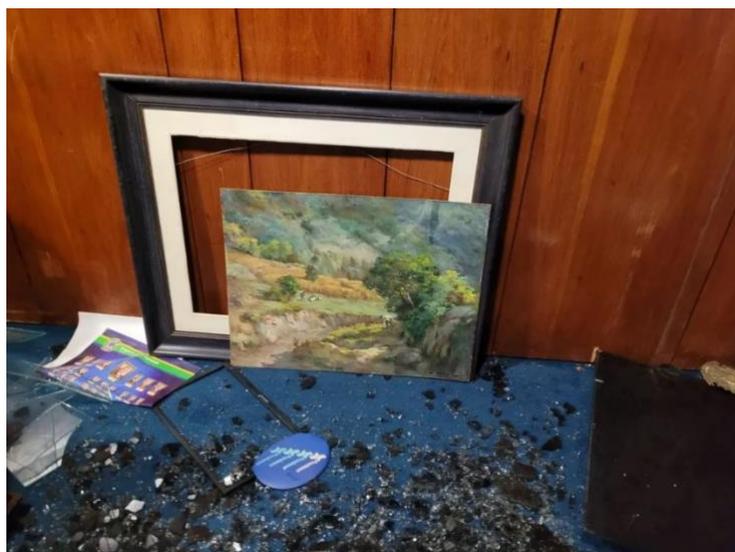


Ilustração 15: Trigal na Serra, de Guido Mondin. Estado que a obra foi encontrada no dia 8 de janeiro. (fonte: G1. Globo)



Ilustração 16: Processo de restauração da obra Trigal na Serra. (Fonte: Euronews)



Ilustração 17: Entrega da obra Trigal na Serra após o processo de restauração.  
(Fonte: Senado Federal)

### **Tapete Persa, Autor desconhecido.**

O Tapete Persa era parte da decoração da segunda sede do Senado Federal, o Palácio Monroe. Após o desmanche do palácio, o tapete foi transferido para Brasília junto com outros móveis, tornando-se parte do primeiro acervo do Museu do Senado Federal. Ele ficava no Salão Nobre do Museu, cenário onde os Chefes de Governo, em visitas oficiais ao Brasil, são recebidos pelo Presidente do Senado Federal.

No dia 8 de janeiro, o Tapete Persa foi encontrado encharcado e coberto por pó químico de extintores de incêndio. Após uma avaliação apropriada, o tapete foi encaminhado a uma lavanderia especializada, que cobrou pelo trabalho o valor de R\$ 800,00 reais. Atualmente, ele foi restaurado e está de volta ao seu lugar original no Salão Nobre do Museu do Senado Federal.



Ilustração 18: Estado em que o Tapete Persa foi encontrado após o dia 8 de janeiro.

(Fonte: Band News)



Ilustração 19: Tapete Persa após os tratamentos devidos. (Fonte: Foto tirada pela autora)

### **Cadeira Neoclássica do Século XIX, Casa Leandro Martins**

A cadeira, que era originalmente utilizada no cotidiano nas antigas sedes do Senado Federal, foi fabricada pela Casa Leandro Martins por volta do século XIX. É provável que tenha pertencido ao extinto Palácio Monroe, antiga sede do Senado Federal construída em 1904 e demolida em 1976. Exibindo elementos do estilo Luís

XVI, a cadeira destaca-se pelos braços e pernas talhadas, além do assento de couro adornado com pregaria prateada.

Esta peça neoclássica do século XIX, que fazia parte da decoração tanto do Palácio Conde dos Arcos quanto do Palácio Monroe, integrava o Salão Nobre do Museu do Senado. Após sofrer danos em 8 de janeiro, incluindo a quebra de um braço e duas pernas, passou por um processo de restauração conduzido pelo artesão do laboratório de restauração do Senado Federal. Esse procedimento implicou um custo de R\$ 3.500,00 para a aquisição de materiais adequados. O profissional realizou a colagem necessária e aplicou os acabamentos apropriados, restaurando completamente a peça. Neste momento, a cadeira encontra-se plenamente recuperada.

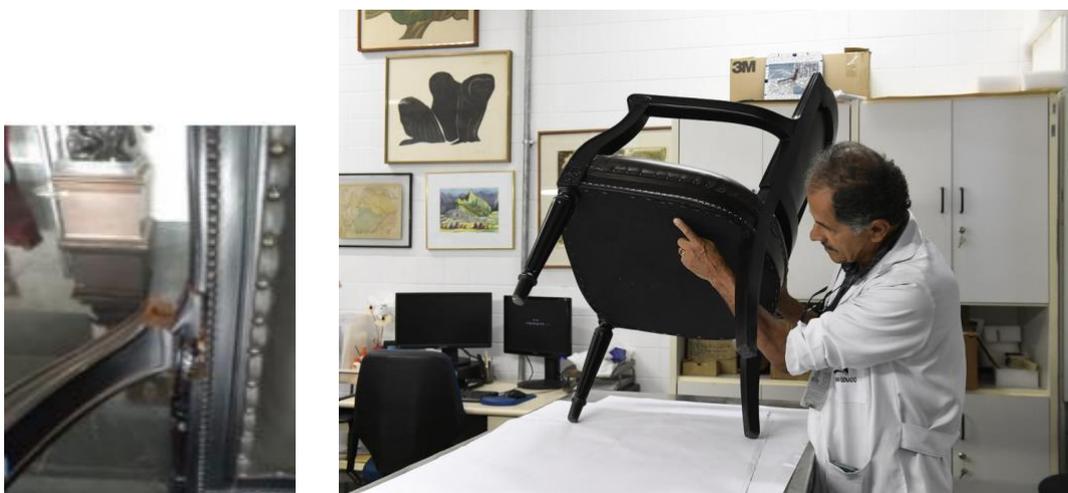


Ilustração 20: Na primeira imagem uma parte do estrago que a cadeira sofreu no dia 8 de janeiro, e na segunda foto o processo de restauração.  
(Fonte: Senado Federal)

### **Tapeçaria Burle Marx, 1973**

A tapeçaria de Roberto Burle Marx, datada de 1973, originalmente exibida na parede do Salão Negro do Senado Federal, foi concebida especificamente para esse espaço. Elaborada em algodão e caracterizada pelas tonalidades verde, vermelha, azul, preta e branca, a peça é uma narrativa visual que remete à história da construção de Brasília, destinada a ser guardiã dos Poderes, da democracia e do diálogo. Após o incidente em 8 de janeiro, a tapeçaria foi encontrada no chão, rasgada e contaminada por resíduos biológicos e químicos. O processo de restauração exigiu a contratação de uma empresa especializada em tapeçaria, uma vez que a equipe de

restauradores do Serviço de Conservação e Preservação do Museu (SECPM) não possuía o espaço físico e a estrutura adequada para tratar uma obra de grande porte.

Em São Paulo, Raul Carvalho liderou uma equipe de oito restauradores, incluindo um especialista em restauro têxtil. Ele descreveu a complexidade do processo devido à solubilidade dos tingimentos, o que poderia resultar em manchas se a tapeçaria fosse lavada:

"Antes de iniciar o restauro, a obra passou por um tratamento de limpeza para remover fungos, insetos e ureia, utilizando radiação gama no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen). Em seguida, retornou ao ateliê, onde iniciamos um processo de limpeza com solventes orgânicos para remover o acúmulo de sujeira, resíduos de pó de extintor de incêndio e poluição."

O rasgo foi reparado, e um forro resistente de tecido de poliéster foi aplicado, juntamente com fitas de velcro para auxiliar na fixação à parede. O custo total da restauração atingiu R\$ 170,3 mil. Devido ao valor significativo da obra de arte como um bem público, foram contratados serviços adicionais, incluindo uma transportadora especializada (R\$ 37 mil) e um seguro (R\$ 28,9 mil), totalizando um investimento de R\$ 236,2 mil. (Senado Federal).



Ilustração 21: Estado em que a tapeçaria foi encontrada no dia 8 de janeiro.(Fonte: O Globo)

## Processo de restauração da Tapeçaria do artista Burle Marx



Ilustração 22: Processo de restauração da Tapeçaria  
(Fonte: Senado Federal)



Ilustração 23: Processo de restauração da Tapeçaria.  
(Fonte: Senado Federal)

## Escrivaninha do século XVIII

Em 8 de janeiro, a escrivaninha do século XVIII, produzida pela Casa Leandro Martins e anteriormente localizada na sala de recepção da presidência, sofreu danos significativos. Durante esse incidente, várias peças e fragmentos foram danificados ou perdidos, tornando impossível uma identificação precisa. A responsabilidade pela restauração da escrivaninha foi assumida pela equipe de restauradores do Museu do Senado.

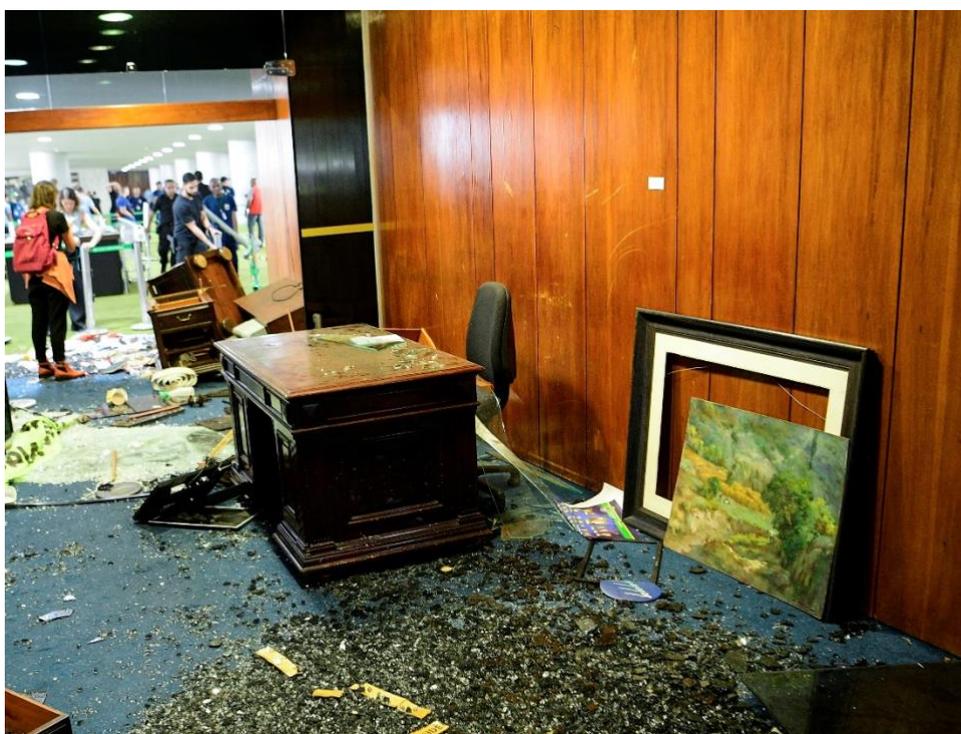


Ilustração 24: Estado em que a escrivaninha foi encontrada no dia 8 de janeiro.  
(Fonte: Senado Federal)



Ilustração 25: Na foto a esquerda é o estado em que a escrivaninha foi encontrada, e na foto a direita o seu processo de restauração. (Fonte: Senado Federal)

## 4.2 Relação entre a invasão e a iconoclastia

A relação entre a iconoclastia e a invasão ao Congresso Nacional em 8 de janeiro pode ser compreendida à luz dos conceitos discutidos como uma manifestação contemporânea de iconoclastia política.

Assim como a iconoclastia política historicamente envolveu a destruição de monumentos que representavam autoridades ou ideologias indesejadas, a invasão ao Congresso busca desafiar os símbolos e as instituições do poder político vigente. Os manifestantes, de certa forma, podem ser vistos como agentes de uma forma contemporânea de iconoclastia, buscando redefinir a narrativa política e dismantelar os elementos que consideram indesejados ou inadequados.

A ideia de "tradições inventadas" (Hobsbawm, 1983), discutida no contexto de monumentos, também pode ser aplicada à invasão ao Congresso. Os apoiadores do Bolsonaro, ao contestarem o processo político, o negacionismo em relação aos riscos da Covid-19, os ataques às vacinas, e alegarem fraude eleitoral, estão, de certa forma, questionando as narrativas políticas existentes. Eles podem ver as instituições democráticas como símbolos de uma ordem que consideram inadequada ou corrompida, na qual eles não se veem representados, buscando, assim, redefinir o que consideram uma tradição política "inventada". A dinâmica de remoção ou contestação de monumentos na iconoclastia política pode ser comparada à tentativa de reconfiguração das instituições políticas por parte dos manifestantes. Assim como a destruição de monumentos historicamente representou um ato simbólico de triunfo sobre o poder estabelecido. Essa invasão pode ser vista como uma tentativa de reafirmar uma nova ordem política, alinhada com as crenças bolsonaristas.

A manifestação da intolerância frequentemente está associada à ideia de superioridade pessoal, onde indivíduos que se consideram muito importantes tendem a rejeitar opiniões diversas, culminando em atitudes intolerantes. Essa postura é particularmente problemática no âmbito da intolerância religiosa, resultando, em muitos casos, em atos de destruição de elementos culturais.

A arrogância de se perceber como superior não apenas conduz à destruição e à falta de tolerância, mas também promove a criação de dogmas. Esses princípios rígidos, muitas vezes vinculados a contextos religiosos, não admitem

questionamentos ou interpretações alternativas, exigindo a aceitação cega do que é proclamado por determinadas "autoridades". Esse fenômeno é caracterizado como uma "queda do simbólico" ou "esvaziamento do símbolo", conforme proposto por Carl Jung, no qual o símbolo perde sua diversidade de significados e criatividade, transformando-se em algo único e perdendo sua riqueza simbólica.

Os termos "queda do simbólico" ou "esvaziamento do símbolo", derivados das reflexões de Carl Jung, são empregados aqui para abranger todos os movimentos que comprometem a integridade de uma imagem-símbolo. Vale ressaltar que, nesta pesquisa, o foco primordial recai sobre a discussão da necessidade de destruir fisicamente imagens, especialmente no contexto político, destacando exemplos que ilustram a interseção entre poder, intolerância e a transformação de símbolos em manifestações dogmáticas. (Rodrigues, 2020)

A imagem nos comove, nos ajuda, nos protege, potencializa nossas emoções, provoca nossa inteligência, desperta evocações e, por isso, devemos cuidar dela, protegê-la, conservá-la. Esses elementos, juntamente com o fato de que uma obra pode ser reconhecida como uma peça-prima, como o produto mais valioso de uma nação, de valor extraordinário (no sentido monetário para começar) e localizado em uma instituição pública ou reconhecida, reforçam a inclinação para tornar essa obra um objeto que deve ser preservado contra qualquer dano.

É assim que as imagens se tornam fetiches, não são prazeres para serem compartilhados e depois descartados ou esquecidos, mas algo que devemos cuidar. Essa projeção amorosa de nosso desejo protetor em relação aos objetos figurativos sem dúvida tem raízes psicológicas mais profundas que aqui não podemos sequer começar a explorar, embora valha a pena destacar a evidente importância de preservar todas essas representações do mundo por meio das quais entendemos a própria natureza. Se as pessoas deixam de lado a representação, ficamos sem nada para dar sentido ao que existe fora de nós, nem mesmo as palavras.

Portanto, nos apegamos, consentimos, amamos ou preservamos a todo custo. O iconoclasta faz o mesmo, mas depois ele ou ela inverte esses impulsos ("Tive que destruir aquilo que outros amam", exclamou o homem que jogou ácido em várias pinturas no norte da Alemanha). É aqui que reside a neurose. Além do choque que qualquer tipo de destruição produz, também está a razão pela qual o ato iconoclasta desperta indignação e um estado de preocupação que parece operar muito mais profundamente do que outros tipos dramáticos de comportamento neurótico ou psicótico, exceto talvez apenas - não com certeza - no caso daqueles atos de destruição que afetam o próprio corpo.

(Freedberg, 2017, p. 218-219)

No pedaço de texto de Freedberg (2017), ele fala sobre as razões por trás da destruição de imagens, usando como exemplo os ataques a obras de arte na Alemanha. A questão do "poder das imagens" é destacada, especialmente quando elas estão guardadas em lugares como museus, representando parte da história de

um país. Atacar essas "imagens-símbolos" não apenas causa revolta, mas também sugere que os atos destrutivos têm raízes profundas na mente, embora o autor admita não ter explorado completamente esse aspecto em seu trabalho. Nesse sentido, propomos que os símbolos têm origens nas profundezas do pensamento coletivo, conforme os estudos do psiquiatra e psicoterapeuta Carl Jung. Para muitos grupos, especialmente em contextos religiosos e políticos, essas imagens representam uma ameaça às ideias estabelecidas. (como no caso dos bolsonaristas, para os quais as imagens no Congresso Nacional, ou melhor, no Museu do Senado, eram vistas como uma cultura idólatra e prejudicial ao Bolsonarismo).

Ao aplicar esses conceitos à invasão ao Congresso Nacional no dia 8 de janeiro, percebe-se uma ligação. Para muitos grupos, como os bolsonaristas, certas imagens, como os retratos do ex-presidentes do Senado que estavam localizados no Museu do Senado, são vistas como uma ameaça para suas ideias. A consideração dessas imagens como uma espécie de "cultura idólatra" e prejudicial ao Bolsonarismo reflete a dinâmica discutida por Freedberg (2017).

A compreensão desses eventos usando como base os conceitos discutidos, destacam os desafios e implicações para a sociedade. A destruição simbólica e física de elementos no espaço público, seja através da contestação de monumentos ou da invasão a instituições, reflete um desejo de "mudança" e contestação das estruturas políticas existentes. No entanto, isso também levanta questões sobre a preservação da democracia, o respeito às instituições e a necessidade de uma participação cívica responsável.

## CONCLUSÃO

A análise dos eventos ocorridos durante a invasão ao Museu do Senado Federal em 2023, revela uma interseção entre política, patrimônio cultural e iconoclastia. O cerne desta pesquisa foi desvendar se os atos de vandalização contra as obras do acervo do Museu do Senado Federal podem ser interpretados como um ato de iconoclastia política. Os capítulos anteriores proporcionaram uma compreensão detalhada dos danos infligidos ao patrimônio histórico, cultural e político, destacando o impacto significativo desses eventos.

A destruição intencional das obras, especialmente os retratos que ficam localizados na Galeria dos Presidentes do Senado Federal, transcendeu a mera expressão de descontentamento político, emergindo como um ato simbólico que visava desafiar e reconfigurar a narrativa política estabelecida. A escolha específica de retratos, relacionados a figuras políticas e eventos controversos, sugere uma intenção clara de atacar não apenas representações físicas, mas também símbolos do poder e das instituições democráticas.

A iconoclastia política, como conceito, encontrou ressonância nesse contexto, onde a destruição de símbolos políticos não apenas expressou discordância, mas buscou redefinir a própria essência da tradição política estabelecida. Os eventos de 8 de janeiro revelam uma manifestação contemporânea da iconoclastia, na qual os manifestantes buscam dismantelar elementos que consideram inadequados à sua visão política, desafiando as instituições democráticas como parte de uma tradição política "inventada". Ao conectar esses eventos à ideia de "queda do simbólico" proposta por Carl Jung, percebemos não apenas uma destruição física, mas uma tentativa de esvaziar o significado das imagens e símbolos, transformando-os em manifestações dogmáticas.

O custo financeiro e cultural da restauração do acervo é substancial, e tem um grande impacto cultural. Isso destaca a importância crucial de preservar nosso patrimônio, que reflete nossa história e é vital para nossa compreensão cultural. Encontrar um equilíbrio entre a liberdade de expressão contestadora e a preservação da democracia é um desafio complexo, mas essencial.

Portanto, concluímos que os eventos de 8 de janeiro de 2023 no Museu do Senado Federal podem ser caracterizados como um ato de iconoclastia política, uma tentativa simbólica de redefinir e desafiar a ordem política estabelecida. Esta pesquisa ressalta a necessidade de preservar não apenas o patrimônio físico, mas também os valores democráticos, a fim de manter um equilíbrio entre a expressão contestadora e a proteção das instituições que fundamentam nossa sociedade. Enquanto a Museologia pode ser interpretada como um campo que busca salvaguardar o seu acervo/patrimônio cultural, tornando-se uma linha de defesa, proporcionando estratégias para a preservação. Além disso, ela desempenha um papel pedagógico, fomentando o entendimento crítico da sociedade sobre sua própria história, contribuindo para uma cidadania mais informada e consciente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL.** Lei Federal nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009.
- BBC NEWS BRASIL.** **Invasão de bolsonaristas em Brasília é comparável a protestos em 2013 e 2017?**. 10 jan. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64218057>
- BENJAMIN, Walter.** **O caráter destrutivo.** In: BENJAMIM, Walter. Rua de Mão Única. Obras Escolhidas II. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- BÍBLIA ONLINE.** Êxodo. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/ex/1>. Acesso em: 11 nov. 2023.
- BORTOLOTTI, Marcelo.** **Demolição de prédios históricos foi motivada por arquitetos modernistas.** Época. 08 mar. 2015. Disponível em <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/03/bdemolicao-de-predios-historicosb-foi-motivada-por-arquitetos-modernistas.html>
- BRASIL DE FATO.** **Por que bolsonaristas destroem arte?**. 15 de Janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/01/15/por-que-bolsonaristas-destroem-arte>
- BRULON, Bruno.** **Passagens da Museologia: a musealização como caminho.** Revista Museologia e Patrimônio, vol. 11, n. 2, Rio de Janeiro, 2018, pp. 189-210
- CASASOLA, Thayna Domingues.** **Monumento às Bandeiras: um palco de disputa de narrativas históricas.** Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo, 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/giova/Downloads/Monumento%20%C3%A0s%20Bandeiras\\_%20Um%20palco%20de%20disputa%20de%20narrativas%20hist%C3%B3ricas%20-%20Thayna%20Domingues%20Casasola.pdf](file:///C:/Users/giova/Downloads/Monumento%20%C3%A0s%20Bandeiras_%20Um%20palco%20de%20disputa%20de%20narrativas%20hist%C3%B3ricas%20-%20Thayna%20Domingues%20Casasola.pdf)
- Catholicism: The Story of Catholic Christianity.** 1st edn (Oxford, 2003; online edn, Oxford Academic, 20 Jan. 2005). Disponível em: <https://pt.slideshare.net/JasterRoguell/catholicism-the-story-of-catholic-christianity-gerald-ocollins-s-j-65140559>
- CARDOSO, Rafael.** **Vandalismo ou iconoclastia? A fonte Ramos Pinto, no Rio de Janeiro.** Revista Concinnitas, [S.L.], v. 22, n. 42, p. 144-168, 15 dez. 2021. Universidade de Estado do Rio de Janeiro.
- CARNEIRO, Manuela da Cunha.** **Cultura com Aspas.** 2009. São Paulo: Cosac & Naify.
- CHOAY, Françoise.** **A Alegoria do Patrimônio.** Capítulo VI. São Paulo, UNESP. 2001, pp.205-258.
- CORDEIRO, Tatiane Oliveira de Assumpção.** **Espacialidades MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E MUSEOLOGIA: a importância das dimensões sociais.** 2022.

CURY, Marília Xavier. **Exposição: Análise Museológica do processo de concepção, montagem e avaliação.** Dissertação de mestrado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 1999

FERNANDES, Caroline Coelho. **A crise iconoclasta no Império Bizantino e a defesa das imagens de São João Damasceno: um debate sobre autoridade política.** Dissertação. 2016.

FERNANDES, Caroline Coelho. **O Iconoclasmo Bizantino: problemas e perspectivas.** Revista Mundo Antigo, Ano IV, v. 4, n. 08, dezembro de 2015.

FRANK, S., & RISTIC, M. **Urban fallism: Monuments, iconoclasm and activism.**

FREEDBERG, David. **Iconoclasia: historia y psicología de la violencia contra las imágenes.** Vitoria-Gasteiz: Sans Soleil, 2017

FRIDMAN, Sergio A. **Palácio Monroe: da construção a demolição.** Rio de Janeiro: S.A. Fridman, 2011.

GOLLO, Luiz Fernando Augusto Barbozza. **A história do Palácio Monroe e de sua destruição.** Diário do Rio, Rio de Janeiro, p. B1, 1 ago. 2010. Disponível em: <https://diariodorio.com/a-historia-do-palacio-monroe-e-de-sua-destruio/>.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: patrimônios, museus e coleções.** Brasília: IBRAM, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limites do patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira, ECKERT, Cornelia & BELTRÃO, Jane (orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos.** Blumenau. ABA, Nova Letra, 2007.

GREGORY, Timothy E. **A History of Byzantium.** Oxford: Blackwell Publishing, 2005. Cap. 5.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** Trad. De Laurent Leon Schaffter. São Paulo, Vertice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

Hobsbawm, Eric J. 1983. **“Introduction. Inventing Traditions.”** In The Invention of Tradition, edited by Eric Hobsbawm, and Terence Ranger, 1–14. Cambridge: Cambridge University Press.

JUNG, Carl G., et al. **O homem e seus símbolos.** HarperCollins Brasil, 2016.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos.** R. CPC, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005/ abr. 2006 Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/cpc/article/view/15579/17153> A.

LUCENA, Felipe. **História do Palácio Monroe**. Diário do Rio, Rio de Janeiro, 21 fev. 2021. Disponível em: <https://diariodorio.com/historia-do-palacio-monroe-2/>.

MEYER, Ana Sofia França. **A Circulação e Dispersão das Coleções do Palácio Monroe**. Monografia, Universidade de Brasília. Brasília. 2017.

MOREIRA, Regina da Luz. **O palácio que virou memória: o Monroe e a construção do metrô carioca, polêmica em tempos de ditadura**. In.: GOMES, Angela Maria de Castro (Coord.) Direitos e cidadania: memória, política e cultura. Rio de Janeiro: FGV; Bragança Paulista: Editora Universidade de São Francisco, 2001.

PAIVA, Gustavo Cardoso. **Memória Institucional do Senado: Museu Histórico Itamar Franco**. 2020. Orientadora: Gomes, Ana Lúcia de Abreu. Monografia. Universidade de Brasília, Brasília. 2020.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. Disponível em: [https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)

RODRIGUES, Marcel Henrique. **A iconoclastia e o “esvaziamento do símbolo”: um estudo dos aspectos históricos e psicológicos em torno da destruição de imagens**. Numen: revista de estudos e pesquisa da religião, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 50-65, 15 jan.2021. Universidade Federal de Juiz de Fora.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Da iconoclastia à política das imagens: as aventuras da negatividade**. Concinnitas, Rio de Janeiro, v.22, n.42, setembro de 2021.

STRÁNSKÝ, Zbyněk Z. **Introduction à l'étude de la muséologie**. Destinée aux étudiants de l'École Internationale d'Été de Muséologie – EIEM. Brno: Université Masaryk, 1995.

SIMIEMA, Carolina. **Invasão ao Congresso: entenda o fato que marcou a história do país**. Politize, 10 jan. 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/invasao-ao-congresso/>

WESTIN, Ricardo. **Que fim levou o Palácio Monroe?**. Agência do Senado. 2015 Disponível em : [https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/que-fim-levou-o-palaci](https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/que-fim-levou-o-palaci-o-monroe) o-monroe.

GREGORY, Timothy E. **A History of Byzantium**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. Cap. 5.

## ANEXOS

### ANEXO A - RESOLUÇÃO Nº 26, DE 1991 RESOLUÇÃO Nº 26, DE 1991.

*Institui o Museu Histórico do Senado Federal e dá outras providências.*

O **Senado Federal** resolve:

**Art. 1º** É instituído o Museu Histórico do Senado Federal - MUSEN, com a finalidade precípua de coletar, pesquisar, preservar e divulgar os testemunhos da história do Senado Federal.

**Parágrafo único.** O órgão a que se refere este artigo é subordinado à Secretaria de Documentação e Informação do Senado Federal.

**Art. 2º** A estrutura e competência do Museu Histórico do Senado Federal - MUSEN serão definidas em regulamento, não implicando a criação do órgão em novos cargos e empregos.

**Art. 3º** O Museu Histórico do Senado Federal - MUSEN funcionará em local a ser indicado pela comissão diretora e terá o seu acervo patrimonial tombado pela Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio, com registro específico no sistema de informação do Centro de Processamento de Dados - PRODASEN.

§ 1º O acervo patrimonial referido neste artigo será constituído por todos os bens tombados à conta do Museu Histórico do Senado Federal, representados, principalmente, pelos elementos de valor histórico encontrados em qualquer dependência do Senado Federal, pelos que sejam adquiridos e pelos que lhes sejam doados

§ 2º Todo o mobiliário e demais objetos, considerados de valor histórico pela Secretaria de Documentação e Informação, existentes nas dependências do Senado Federal e de sua representação no Rio de Janeiro, serão removidos para o Museu Histórico do Senado Federal - MUSEN, cabendo à Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio efetuar a necessária alteração de tombamento.

§ 3º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior a documentos e quaisquer outros elementos de valor histórico, exceto os declarados **secretos** na forma regimental e regulamentar.

**Art. 4º** É criado um conselho curador, integrado por nove membros, sem ônus de qualquer natureza, designados pelo Presidente do Senado Federal, dentre pessoas de reconhecida capacidade para estimular o desenvolvimento do museu.

**Parágrafo único.** Compete ao Conselho Curador colaborar com o Senado Federal na coleta, conservação e manutenção de objetos e documentos que devam constituir o acervo do museu.

**Art. 5º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 1º de julho de 1991.

**SENADOR MAURO BENEVIDES**  
Presidente

## ANEXO B – ATO DO PRESIDENTE Nº 11, DE 2018.



SENADO FEDERAL

### ATO DO PRESIDENTE Nº 11, DE 2018

*Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2018, para promover melhorias na estrutura das Unidades Administrativas da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação.*

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e regulamentares, *ad referendum* da Comissão Diretora,

CONSIDERANDO as disposições do Regulamento Administrativo, consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 13, de 2018, que disciplina a estrutura organizacional do Senado Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar as adequações necessárias para o bom funcionamento da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação, RESOLVE:

Art. 1º Este Ato altera o Regulamento Administrativo, consolidado pela Resolução do Senado Federal nº 13 de 2018, para promover a racionalização administrativa e melhorias na estrutura da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação.

Art. 2º Em virtude do disposto no art. 1º deste Ato, bem como das necessidades de adequação do dimensionamento da estrutura da Casa às diretrizes estratégicas de preservação da memória do Senado Federal, o Regulamento Administrativo do Senado Federal passa a vigorar com as alterações constantes do anexo a este ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor em 1º de janeiro de 2019.

#### [ANEXO](#)

Senado Federal, 20 de dezembro de 2018. Senador **Eunício Oliveira**, Presidente do Senado Federal.

*Publicado:*

- *Boletim Administrativo do Senado Federal, nº 6666, seção 2, de 28/12/2018, p. 1.*

## ANEXO C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO SENADO FEDERAL

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO E COMPROMISSO PARA USO DE INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

Eu, Lara Melo Peixoto, aluno(a) regularmente matriculado(a) no curso graduação de Museologia, número de matrícula 19/0032103, na Universidade de Brasília, doravante denominada "Aluna", e Mateus Kên Donehogawa de Menezes de Carvalho, museólogo, Registro COREM 4R 390-I, representado neste ato por Senado Federal, doravante denominada "Museu do Senado", vêm por meio deste termo autorizar e comprometer-se com o uso de informações institucionais necessárias para a realização do trabalho de conclusão de curso, intitulado "Memória e Iconoclastia: O ataque ao patrimônio cultural do Senado Federal em janeiro de 2023".

O Museu do Senado autoriza expressamente a Aluna a utilizar as informações disponibilizadas pelo Museu do Senado, se limitando aos dados do acervo museológico, como documentos de aquisição, documentos fotográficos, documentos históricos, fichas catalográficas e materiais de natureza museológica pertinentes ao trabalho de conclusão de curso.

Esta aluna compromete-se a utilizar as informações fornecidas pelo Museu do Senado exclusivamente para a elaboração e conclusão do trabalho de conclusão de curso, respeitando as normas éticas e acadêmicas estabelecidas pela Instituição.

A Aluna também se compromete a manter a confidencialidade das informações obtidas do Museu do Senado, bem como a preservar a privacidade dos dados e conteúdos a que tiver acesso. As informações coletadas serão tratadas de forma sigilosa e utilizadas somente para os propósitos acadêmicos estabelecidos neste trabalho de conclusão de curso.

A Aluna assume assim, total responsabilidade pela integridade das informações obtidas do Museu do Senado e compromete-se a adotar medidas adequadas para garantir a sua segurança e proteção contra perdas, acessos não autorizados ou uso indevido.

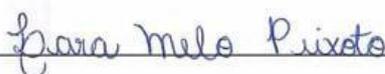
Qualquer utilização das informações obtidas do Museu do Senado em outros trabalhos acadêmicos será submetida à apreciação prévia e autorização do Museu do Senado.

A Aluna compromete-se a utilizar as informações obtidas do Museu do Senado somente durante o período necessário para a elaboração, apresentação e defesa do trabalho de conclusão de curso, conforme estabelecido pela Instituição.

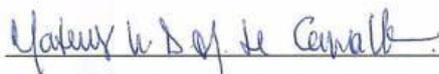
Por fim, a Aluna declara estar ciente de que é a única responsável pelo uso adequado das informações fornecidas pelo Museu do Senado e isenta o Museu do Senado de qualquer responsabilidade por eventuais problemas ou litígios decorrentes do uso indevido ou não autorizado dessas informações.

Declaro, ainda, que li e compreendi integralmente os termos deste documento, concordando voluntariamente com todas as suas disposições.

Brasília, 14 de novembro de 2023



Lara Melo Peixoto  
Aluna



Mateus Kên Donehogawa de Menezes de Carvalho  
Museu do Senado

**Mateus K. D. M. Carvalho**  
**Museólogo Responsável**  
COREM 4R 390 I